



**Estácio**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO**  
**TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM**  
**Vigilância em Saúde**

**EIXO TECNOLÓGICO**  
**AMBIENTE E SAÚDE**

Novembro de 2015

## Plano do Curso Técnico em Vigilância em Saúde

### **Instituição Mantenedora**

Nome: IREP - Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental LTDA.  
End: Av. Tenente Raimundo Rocha, 515, Cidade Universitária - CEP: 63040-360- Juazeiro do Norte-CE

### **Instituição Mantida**

Faculdade de Medicina Estácio de Juazeiro do Norte - FMJ  
End.: Av. Tenente Raimundo Rocha, 515 - Quadra: 25;  
Cidade Universitária - Juazeiro do Norte/CE  
Site: [www.estacio.br](http://www.estacio.br)  
E.mail: [cursostecnicos.estacio@gmail.com](mailto:cursostecnicos.estacio@gmail.com)

### **Representante Legal**

Aderaldo Gomes de Souza Lima  
Diretor da Estácio/FMJ

### **Coordenador do Curso**

Camila Bezerra Nobre

### **Titulação**

Mestre em Bioquímica

## SUMÁRIO

1	Histórico e Missão da faculdade .....	3
1.1	Histórico da Faculdade.....	3
1.2	Missão da Faculdade .....	3
2.	Articulação do PPC com o PDI e o PPI .....	4
3.	Apresentação do Curso .....	5
3.1	Justificativa .....	5
3.2	Concepção.....	6
4.	Missão do Curso .....	7
5.	Pressupostos Pedagógicos .....	7
6.	Objetivos do Curso.....	9
6.1	Objetivo Geral.....	9
6.2	Objetivos Específicos.....	9
7.	Perfil Profissional de Conclusão do Curso.....	9
8.	Requisitos e Formas de Acesso.....	10
8.1	Requisitos de Acesso .....	10
8.2	Formas de Acesso .....	10
8.3	Forma de Integralização do Curso .....	11
8.4	Número de Alunos por Turma .....	11
9.	Organização Curricular .....	12
9.1	Referenciais para Organização Curricular .....	12
9.2	Forma de Organização Curricular .....	13
9.3	Prática Pedagógica e Profissional .....	14
9.3.1	Prática Pedagógica.....	14
9.3.2	Prática Profissional.....	15
9.4	Matriz Curricular.....	16
9.5	Competências e Habilidades por Módulo .....	17
9.5.1	Módulo I – Conceitos Básicos para a Vigilância em Saúde.....	17
9.5.2	Módulo II – Relacionamento, Informação e Políticas Aplicadas a Vigilância em Saúde .....	17
9.5.3	Módulo III – Ações de Vigilância em Saúde.....	18
9.6	Componentes Curriculares.....	18
11.	CrITÉRIOS de Avaliação do Rendimento Escolar.....	19
12.	Infraestrutura.....	21
12.1	Instalações.....	21
12.2	Equipamentos.....	21
12.3	Acervo Bibliográfico .....	22
13.	Corpo Docente .....	22
14.	Diploma.....	22
15.	Bibliografia .....	23
ANEXO I - Ementas, Competências, Habilidades, Bases Tecnológicas e Bibliografia dos Componentes Curriculares. ....		24
ANEXO III - Acervo Bibliográfico.....		62
BIBLIOGRAFIA PARA O CURSO TÉCNICO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE .....		62
<b>DISCIPLINAS</b> .....		62
<b>AUTOR / TÍTULO</b> .....		62
ANEXO IV – Corpo Docente .....		70

## **1 Histórico e Missão da faculdade**

### **1.1 Histórico da Faculdade**

Em 1968, a Câmara de Vereadores de Juazeiro do Norte aprovou uma Lei criando a Faculdade de Medicina, porém a viabilidade da mesma não encontrou respaldo em instâncias superiores. Em 1998, a Prefeitura de Juazeiro do Norte, após persistente luta, decidiu apresentar um projeto de criação de uma Faculdade de Medicina, cuja missão estivesse em consonância com as necessidades de saúde da Região Nordeste e, em especial, a do Cariri.

A implantação da Faculdade de Medicina de Juazeiro do Norte – FMJ deu-se então no ano de 1998, a partir de um estudo das condições geográficas do município, o perfil socioeconômico e a demanda da comunidade pelo ensino na área médica.

A primeira turma ingressou em 2000 e hoje a Estácio FMJ já formou 571 profissionais com perfil de competência, imbuídos de espírito ético e humanístico, com percepção de sua responsabilidade social.

### **1.2 Missão da Faculdade**

O compromisso principal da Instituição dirige-se à formação de pessoas com qualidade e excelência para o desenvolvimento de tarefas profissionais específicas em suas áreas de atuação, atendendo necessidades da sociedade contemporânea através do desenvolvimento de atividades de ensino, de pesquisa e de extensão.

O atendimento das necessidades da sociedade contemporânea implica em assumir uma postura de liderança e de enfrentamento dos problemas apresentados, orientando-se por valores éticos e pelo conhecimento científico. Além disso, implica em atitude de reflexão crítica sobre as transformações em curso, nos campos político, filosófico, ideológico, econômico, cultural e social, no estabelecimento de metas de melhoria de qualidade de vida, no desenvolvimento de estratégias necessárias para atingi-las, na produção de conhecimentos necessários para sustentá-las, na proposição de alternativas para a construção de uma sociedade mais justa e solidária, na integração cada vez maior de todas as camadas de sua população no processo de participação do desenvolvimento e da obtenção de benefícios gerados por ele.

O desenvolvimento do espírito crítico e científico é assegurado pelas matrizes de disciplinas dos diversos cursos que além do enfoque profissional, traz em seus ementários e programas discussões teóricas, filosóficas e científicas e que são fundamentais para o raciocínio crítico e formação de uma concepção contextualizada da ciência e seus desdobramentos.

A educação de qualidade é uma soma das atividades curriculares planejadas e implementadas por docentes altamente qualificados e por atividades extracurriculares como a pesquisa, cursos de extensão, eventos científicos, em fim, todas as atividades que possibilitem aos acadêmicos vivenciar o ambiente intelectual e científico.

A Estácio FMJ tem como missão contribuir para a melhoria e o desenvolvimento da qualidade de vida na Região do Cariri, formando profissionais empreendedores com elevado potencial para sua inserção no mercado de trabalho.

Neste contexto diariamente busca ser entre as maiores instituições de ensino superior do estado do Ceará, uma das melhores referências em nível técnico, administrativo, pedagógico, cultural e científico, com uma configuração organizacional ágil, prática e produtiva, pautada no respeito, comprometimento, transparência e responsabilidade social.

## **2. Articulação do PPC com o PDI e o PPI**

No Plano de desenvolvimento Institucional se consolidam as definições de missão, diretrizes e proposições políticas da IES e o Plano de Gestão evidenciando os princípios, os desafios a serem enfrentados e, definidos com base na análise situacional realizada e na visão dos diversos cenários possíveis, concentrando seu pensamento estratégico nos problemas, e não nos setores, e em políticas claramente direcionadas para a vida acadêmica em toda a sua amplitude.

Com esta perspectiva, a gestão pretende que a IES, em todos os seus setores, seja capaz de desenvolver seu projeto institucional através de um processo de planejamento contínuo e participativo, que seja culturalmente incorporado ao seu cotidiano, de maneira que possa articular e desenvolver o máximo de sua qualificação técnica, formal com o máximo de sua missão de instituição de educação superior e educação profissional técnica de nível médio produzindo, difundindo e fazendo avançar as fronteiras do conhecimento universal, sem descuidar do avanço e transformação da realidade local, da coletividade da região. Portanto, todos os que integram a comunidade acadêmica devem participar desse processo de gestão que pretende ser inovador, integrador e participativo.

No mesmo sentido o Projeto Pedagógico da IES preconiza que os cursos oportunizem aos estudantes uma sólida formação, com a capacidade de análise e articulação de conceitos e argumentos, de interpretação e valorização dos fenômenos sociais, aliadas a uma postura reflexiva e visão crítica que fomente a capacidade de trabalho em equipe, favoreça a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica, além da qualificação para a vida, o trabalho e o desenvolvimento da cidadania.

O Projeto pedagógico Institucional tem como foco o perfil humano de um profissional com competência técnica e política, com pensamentos humanísticos, capacitado para a compreensão dos principais temas, problemas, que o leve à análise e reflexão criticada realidade social em que se insere.

A base ética na formação do profissional adota valores de respeito ao ser humano, e cultiva a responsabilidade social, a justiça, a integridade, o respeito às leis e regulamentos, qualidades e princípios inerentes e indispensáveis à formação do cidadão.

Nessa perspectiva existe um grau de articulação entre o PDI e o PPI para as políticas de ensino, pesquisa e extensão da IES. Na esteira deste pensamento, este Projeto Pedagógico expressa uma proposta curricular que aponta para a dissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, configurando-se como um processo educacional único e integrado, garantindo, assim, a formação de um sujeito competente, crítico, reflexivo, criativo e propositivo capaz de intervir na sociedade em prol da transformação da realidade.

### **3. Apresentação do Curso**

#### **3.1 Justificativa**

O sistema de saúde brasileiro após a Constituição de 88, tem avançado na consolidação de modelos de atenção mais efetivos e equânimes, de modo a responder às reais necessidades da população brasileira, em sua totalidade e em suas especificidades loco-regionais. Neste contexto, a vigilância em saúde tem sido compreendida como processo de trabalho estruturado em torno da integração das vigilâncias epidemiológica, ambiental e sanitária; como monitoramento / análise da situação de saúde ou como proposta de redefinição das práticas sanitárias adquirindo grande relevância na materialização do Sistema Único de Saúde.

Os desafios presentes na consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) e o papel da vigilância em saúde neste contexto reafirmam a importância de profissionais capazes de fazer o diagnóstico e planejamento da ocupação do território para promover a melhoria da qualidade de vida da população. Estando em contato direto com a população, trabalhando em conjunto, com o objetivo de encontrar respostas aos problemas identificados no território.

A formação do Técnico em Vigilância em Saúde (TVS) está fundamentada nos princípios do SUS e tem por finalidade responder às competências dos Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (SNVS) e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SINAVISA).

A atuação desses profissionais fortalece a rede de vigilância epidemiológica, diretamente no monitoramento dos perfis epidemiológicos e suas alterações, detectando, investigando e adotando medidas eficazes para atenuação dos agravos, ampliando o conhecimento e a utilização das práticas de vigilância e da metodologia epidemiológica nos

serviços de saúde com informações atualizadas sobre aspectos clínicos, epidemiológicos e medidas de prevenção e controle.

O técnico em vigilância em saúde é considerado um profissional estratégico para o SUS. Ele pode trabalhar como agente de saúde pública, em uma equipe vinculada às instâncias gestoras do SUS ou a outros setores públicos voltados à melhoria das condições de vida da população, e em organizações não -governamentais ligadas à saúde e cidadania.

### **3.2 Concepção**

A necessidade e pertinência da elaboração de currículo adequado às demandas do mercado de trabalho, à formação profissional do aluno e aos princípios contidos na LDB e demais legislações pertinentes, levou à Universidade Estácio de Sá a desenvolver o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Vigilância em Saúde com o objetivo de apoiar o Governo Federal na implantação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).

A base legal para a criação do curso em tela encontra-se em conformidade com a PORTARIA Nº 160, DE 5 DE MARÇO DE 2013 que dispõe sobre a habilitação das instituições privadas de ensino superior sobre a adesão das respectivas mantenedoras ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC, a partir dos seguintes requisitos:

I - atuar em curso de graduação em áreas de conhecimento correlatas a do curso técnico a ser ofertado ou aos eixos tecnológicos previstos no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos; e

II - apresentar, no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, de que trata a Lei nº 10.861, de 18 de fevereiro de 2004, mediante avaliação e cálculo pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep, índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC) igual ou superior a 3 (três).

As áreas de conhecimento que estabelecem a correlação dos cursos de graduação com os cursos técnicos de nível médio, foram entalecidas pela PORTARIA SETEC/MEC Nº 01 , DE 29 DE JANEIRO DE 2014 que altera a Portaria SETEC/MEC nº 20, de 27 de junho de 2013, e aprova a Tabela de Mapeamento de cursos técnicos para oferta no âmbito PRONATEC. Neste aspecto o Curso Técnico em Vigilância em Saúde aparece correlacionado aos seguintes cursos de graduação Enfermagem. O Curso Técnico em Vigilância em Saúde estabeleceu a correlação com o Curso de Graduação em Enfermagem.

Com base nos dispositivos legais referenciados e por meio da Resolução Nº 746/CONSUNI/2013, de 13 de novembro de 2013, o Conselho Universitário, aprovou a adesão da Universidade Estácio de Sá ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico

e Emprego – PRONATEC, referente aos Cursos de Formação Profissional Técnica de Nível Médio.

O Curso Técnico Nível Médio em Vigilância em Saúde, teve com ato de criação a Resolução 765/CONSUNI/2013, de 13 de novembro de 2013.

Na concepção do currículo do curso, levou-se em conta o estudo do material produzido pela CBO – Classificação Brasileira de Ocupações – e a análise das necessidades do próprio mercado de trabalho, assim como o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Uma sequência de encontros de trabalho previamente planejados possibilitou uma reflexão maior e produziu a construção de um currículo mais afinado com esse mercado.

Esta dinâmica de integração de equipe multidisciplinar, associada à estrutura acadêmica inovadora da Universidade Estácio de Sá possibilitou, também, a construção de uma metodologia adequada para o desenvolvimento dos processos de ensino aprendizagem e sistema de avaliação que pretendem garantir a construção das competências propostas no projeto pedagógico do curso.

#### **4. Missão do Curso**

Formar técnicos de vigilância em saúde na concepção de integralidade com vistas à qualidade de vida de indivíduos e população, contribuindo na construção do SUS.

#### **5. Pressupostos Pedagógicos**

A identidade institucional foi sendo construído ao longo da história da Universidade Estácio de Sá e pode ser expressa nos pressupostos filosóficos, psicopedagógicos e didático-metodológicos que norteiam sua prática pedagógica.

O ser humano, visto como sujeito da educação, está inserido num contexto sócio-econômico-cultural-político e histórico. Tem então uma dimensão ativa, criadora e renovadora. Na sua interação com os outros seres e com o meio, produz conhecimento. A Universidade entende que o conhecimento é o produto desta interação social e compreende que seu papel é trabalhar o conhecimento na perspectiva da sua produção e preservação, colocando-as a serviço da sociedade.

Dessa forma, a Universidade Estácio de Sá compreende a necessidade de promover a participação dos indivíduos como sujeitos da sociedade, da cultura e da história, priorizando a autonomia, a problematização e a conscientização.

A Instituição compreende, ainda, a aprendizagem como um processo eminentemente social, ativo e integral do sujeito na construção do conhecimento, no qual se destaca a influência da cultura e das relações sociais, considerando o aluno como sujeito de seu processo educativo, buscando implementar um fazer pedagógico comprometido com o



processo de construção e reconstrução do conhecimento, com as dimensões social e afetiva, com o relacionamento teoria e prática e com a contextualização dos saberes.

Em articulação com esses pressupostos, são considerados na organização dos cursos os quatro pilares da UNESCO para a nova educação: *aprender a ser* (desenvolvimento pessoal), *aprender a fazer* (competência produtiva), *aprender a conviver* (desenvolvimento social) e *aprender a conhecer* (competência cognitiva),.

Pretende-se que as competências profissionais em formação sejam construídas processualmente, o que implica na adoção de métodos de ensino que envolvam práticas de ação/reflexão/ação. Nesse sentido, a concepção curricular privilegia uma abordagem metodológica que traz, para o lugar central da formação, as práticas e a reflexão sobre elas.

Privilegia-se, ainda, a adoção de metodologias ativas, coerentes com os objetivos e os conteúdos de ensino e que considerem a experiência concreta do estudante como ponto de partida do trabalho pedagógico.

Busca-se, então, promover ações pedagógicas que articulem os saberes e as práticas, vinculando-os aos ideais da ética, da responsabilidade, da cidadania, da solidariedade e do espírito coletivo, e direcionando-as ao atendimento das necessidades da comunidade regional e local.

O ensino tem sido entendido como um processo que visa associar a construção do conhecimento à crítica ao conhecimento produzido, num processo contínuo e articulado. Assim, ele é concebido como um processo de investigação do conhecimento e, não, como um processo que se limita à transmissão de conteúdos; como uma prática voltada para a construção da progressiva autonomia do aluno na busca do domínio científico e profissional de um determinado campo do conhecimento.

O processo de ensino visa, em última instância, ao desenvolvimento das capacidades cognitivas dos alunos e à sua preparação para a vida social e profissional. Ensinar é um processo, intencional e sistemático, direcionado para o desenvolvimento de competências e habilidades dos alunos. Tem um caráter bilateral, visto que combina a atividade do professor com a do aluno.

A atuação do professor é vista como inseparável das condições sociais, culturais e emocionais dos alunos. Nesse sentido, ela busca referência na realidade dos alunos. O ensino, assim, é compreendido como uma prática concretamente situada, voltada para a aprendizagem de alunos determinados, com características socioculturais específicas.

A política da Universidade Estácio de Sá, tanto para o ensino Técnico de Nível Médio como para o ensino de Graduação está orientada para o enfrentamento da realidade social, buscando disponibilizar oportunidades educacionais a uma parcela expressiva da população, independentemente da origem econômica, racial e cultural, oferecendo uma

formação generalista, voltada para a aplicação dos conhecimentos aprendidos na resolução de problemas do cotidiano.

Nessa perspectiva, os Cursos Técnicos de Nível Médio, orientados pelos seus projetos pedagógicos, em consonância com o Projeto Pedagógico Institucional da Universidade Estácio de Sá e com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, pretendem favorecer a formação de profissionais com uma visão ampla e crítica da realidade local e regional.

## **6. Objetivos do Curso**

### **6.1 Objetivo Geral**

Formar profissionais aptos a desenvolverem diferentes ações de promoção da saúde e de proteção e prevenção de agravos e doenças no âmbito da vigilância em saúde. A partir da compreensão da complexa rede de determinantes sociais da saúde, da atuação, de modo autônomo, criativo e estratégico para transformar a realidade sócio-sanitária no território de sua atuação.

### **6.2 Objetivos Específicos**

Formar profissionais capacitados para desenvolver ações de inspeção e fiscalização sanitárias, aplicar normatizações relacionadas a produtos, processos, ambientes, inclusive o do trabalho e serviços de interesse da saúde. Investigar, monitorar e avaliar riscos e os determinantes dos agravos e danos à saúde e ao meio ambiente. Compor equipes multidisciplinares de planejamento, execução e avaliação do processo de vigilância sanitária, epidemiológica, ambiental e saúde do trabalhador. Atuar no controle do fluxo de pessoas, animais, plantas e produtos em portos, aeroportos e fronteiras. Desenvolver ações de controle e monitoramento de doenças, endemias e de vetores. Além disso, propiciar a formação de profissionais dotados de princípios éticos, visão crítica, comprometidos com o desenvolvimento regional e respeito a natureza e diversidade, contribuindo para a melhorar a qualidade de vida do ser humano.

## **7. Perfil Profissional de Conclusão do Curso**

O Técnico em Vigilância em Saúde é o profissional com visão sistêmica do meio ambiente, saúde e segurança, que:

- Atua de forma autônoma e inovadora, acompanhando a evolução da profissão. Aplica e respeita as normas de proteção e preservação do meio ambiente, saúde e segurança no trabalho.

- Tem habilidades de comunicação e de trabalho em equipe multidisciplinar.
- Age com ética profissional, sustentabilidade, flexibilidade, responsabilidade social e domínio do saber-fazer, do saber-ser, do saber-saber e do saber-conviver.
- Facilita o acesso e a disseminação dos saberes na área da saúde pública e conhece a dinâmica do Sistema Único de Saúde (SUS).
- Busca a prevenção da doença, a promoção da saúde e preserva a integridade e a individualidade do ser humano, por meio da humanização da assistência e da valorização da autonomia das pessoas na recuperação da saúde.
- Desenvolve de forma autônoma, criativa, solidária, cooperativa e humana, ações de inspeção e fiscalização sanitárias, aplicando a normatização relacionada a produtos, processos, ambientes, inclusive do trabalho e serviços de interesse da saúde, investigando, monitorando e avaliando riscos e os determinantes dos agravos e danos à saúde e ao meio ambiente.
- Atua em equipes multidisciplinares no planejamento, execução e avaliação do processo de vigilância sanitária, epidemiológica, ambiental e saúde do trabalhador, no controle do fluxo de pessoas, animais, plantas e produtos, em portos, aeroportos e fronteiras, desenvolvendo ações de controle e monitoramento de doenças, endemias e vetores.

## **8. Requisitos e Formas de Acesso**

### **8.1 Requisitos de Acesso**

O acesso ao Curso Técnico em Vigilância em Saúde dá-se através da comprovação da Conclusão do Ensino Médio. Quando o ingresso ocorrer por meio de programas governamentais de bolsa de estudos como no caso do PRONATEC o acesso, será definido por edital próprio.

### **8.2 Formas de Acesso**

De uma forma geral, o acesso aos Cursos Técnicos, dar-se-á:

- Em qualquer módulo, respeitando as diretrizes de cada PPC e as exigências para ingresso por matrícula regular, nos termos do Regimento Geral e da legislação vigente;
- por transferência, para alunos provenientes de outras escolas do país ou exterior, sendo feita adaptação pedagógica de estudos ou dispensa de disciplina, nos termos do Regimento e da legislação da vigente, salvo em casos

de impedimentos explicitados em editais de programas de bolsa do Governo Federal;

- por aproveitamento de estudos realizados par via formal, mediante apresentação de documentação pertinente, nos termos do Regimento e da legislação vigente, salvo em casos de impedimentos explicitados em editais de programas de bolsa do Governo Federal;
- por aproveitamento de competências adquiridas na educação formal ou não formal no trabalho, mediante avaliação, nos termos do Regimento e da legislação vigente, salvo em casos de impedimentos explicitados em editais de programas de bolsa do Governo Federal; e
- Por avaliação de competências, mediante requerimento do aluno ou seu responsável, no ato da matrícula, nos termos do Regimento e da legislação vigente, salvo em casos de impedimentos explicitados em editais de programas de bolsa do Governo Federal.

### **8.3 Forma de Integralização do Curso**

A integralização do curso dar-se-á conforme o estabelecido do Regimento, e nas seguintes condições:

No prazo mínimo estabelecido pela carga horária constante na matriz curricular;

No prazo inferior ao mínimo estabelecido pela carga horária, desde que obtenha aproveitamento de estudos ou competências e

No prazo máximo correspondente ao dobro do prazo mínimo de integralização do curso.

As condições acima mencionadas não se aplicam ao aluno com matrícula trancada, onde neste caso é interrompida a contagem do tempo para integralização do curso. Caso o aluno requeira o destrancamento da matrícula é retomada a contagem do tempo para integralização do curso. Fica, porem, condicionado o período entre o trancamento e destrancamento da matrícula, nunca superior a três anos.

O período de integralização dos cursos inseridos em programas de bolsas de estudo do Governo Federal, submete-se as condições estabelecidas em edital

### **8.4 Número de Alunos por Turma**

Conforme o estabelecido no PPI, o número de alunos por turma obedecerá às condições físicas de cada sala ou ambiente de realização da atividade, além da limitação decorrente de padrões de conforto e segurança, estabelecidos normas e regulamentos específicos.

No caso de programas de bolsa do Governo Federal, como o PRONATEC, o número de alunos por turma, obedecerá ao estabelecido em cada edital.

Poderão ser reunidas no mesmo ambiente, quando recomendável e adequado pedagogicamente, alunos de turmas, cursos ou etapas diferentes, desde que respeitadas as condições estabelecidas no referido artigo.

## **9. Organização Curricular**

### **9.1 Referenciais para Organização Curricular**

A organização curricular dos Cursos Técnicos da Universidade Estácio de Sá, tem como referencial o PPI (Projeto Pedagógico Institucional), o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e demais instrumentos legais.

Segundo o Art. 17 da Resolução nº 6 CNE/CEB, de 20 de setembro de 2012, o planejamento curricular fundamenta-se:

“... no compromisso ético da instituição educacional em relação à concretização do perfil profissional de conclusão do curso, o qual é definido pela explicitação dos conhecimentos, saberes e competências profissionais e pessoais, tanto aquelas que caracterizam a preparação básica para o trabalho, quanto as comuns para o respectivo eixo tecnológico, bem como as específicas de cada habilitação profissional e das etapas de qualificação e de especialização profissional técnica que compõem o correspondente itinerário formativo.”

No parágrafo único do mesma resolução acrescenta: “Quando se tratar de profissões regulamentadas, o perfil profissional de conclusão deve considerar e contemplar as atribuições funcionais previstas na legislação específica referente ao exercício profissional fiscalizado.”

Destacam-se ainda, os critérios para o planejamento e estruturação dos cursos técnicos da Universidade Estácio de Sá, aqueles enunciados no Art. 18 da referida resolução:

“São critérios para o planejamento e a organização de cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio:

- I - atendimento às demandas socioeconômico-ambientais dos cidadãos e do mundo do trabalho, em termos de compromisso ético para com os estudantes e a sociedade;
- II - conciliação das demandas identificadas com a vocação e a capacidade da instituição ou rede de ensino, em termos de reais condições de viabilização da proposta pedagógica;
- III - possibilidade de organização curricular segundo itinerários formativos, de acordo com os correspondentes eixos tecnológicos, em função da estrutura sócio ocupacional e tecnológica consonantes com políticas públicas indutoras e arranjos socioprodutivos e culturais locais;
- IV - identificação de perfil profissional de conclusão próprio para cada curso, que objetive garantir o pleno desenvolvimento de conhecimentos, saberes e competências profissionais e pessoais requeridas pela natureza do trabalho, segundo o respectivo eixo tecnológico, em função da estrutura sócio ocupacional e tecnológica e em condições de responder, de forma original e criativa, aos constantes desafios da vida cidadã e profissional.”

Com base nessas diretrizes o mecanismo de construção curricular é descrito nas etapas de 1 a 9 no item 5.3 da PPI (Projeto Pedagógico Institucional), cujo objetivo é

estabelecer através da linha funcionalista, as atividades e funções a serem exercidas para a habilitação proposta.

Em conformidade com a PORTARIA Nº 168, DE 7 DE MARÇO DE 2013 que dispõe sobre a oferta da Bolsa-Formação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, de que trata a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, e dá outras providências,

Art. 8º São agentes de implementação da Bolsa-Formação:

VI - as instituições privadas de ensino superior e de educação profissional e a oferta de cursos técnicos de nível médio na modalidade subsequente, cujas mantenedoras firmarem Termo de Adesão, como ofertantes;

O Curso Técnico em Vigilância em Saúde, construído segundo os mecanismos citados, resulta na aquisição de competências descritas no item 9.5 desse instrumento:

## **9.2 Forma de Organização Curricular**

A organização curricular do Curso Técnico em Vigilância em Saúde tem como fundamentação pedagógica a organização por etapas ou módulos segundo critérios e princípios estabelecidos no PPI, sintetizados nos seguintes conceitos que se seguem:

A organização curricular por etapas ou módulos, ao contrário do que se supõe é mais complexa do que a organização seriada, na qual a educação pautou-se por séculos.

Pensar em organizar currículo por etapas ou módulos é antes de tudo, pensar no todo e não somente nas partes que o integram. Significa ultrapassar as fronteiras da escola em busca das relações sociais necessárias à efetividade da proposta. Significa interlocução com diferentes segmentos da sociedade, empresas, organismos certificadores, instituições relacionadas à profissão, conselhos profissionais e, principalmente, com aqueles que resultem em empregabilidade.

Profissionais da educação devem estar atentos para a dinâmica das profissões, para as tecnologias envolvidas e a todos os fatores que possam agregar valores ao formularem seus currículos. Lembrando que em qualquer profissão por não se resumir em técnicas e tecnologias, devem estar presentes as relações humanas, a conservação do meio ambiente, a ética e outros atributos transdisciplinares.

A etapa ou módulo, enquanto parte integrante do currículo, assemelha-se a um subsistema, e por sua vez, integra o sistema maior da organização curricular e relaciona-se com outros sistemas sociais, profissionais e institucionais.

A formulação do currículo organizado por etapas ou módulos deve buscar nesses sistemas os insumos para a construção dos seus subsistemas ou módulos, garantindo a interrelação com o meio.

A organização curricular por etapas ou módulos do Curso Técnico Vigilância em Saúde teve como pedra angular o Eixo Tecnológico Ambiente e Saúde, constante no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos que tem sua abrangência em:

“Tecnologias associadas à melhoria da qualidade de vida, à preservação e utilização da natureza, desenvolvimento e inovação do aparato tecnológico de suporte e atenção à saúde.

Abrange ações de proteção e preservação dos seres vivos e dos recursos ambientais, da segurança de pessoas e comunidades, do controle e avaliação de risco, programas de educação ambiental.

Tais ações vinculam-se ao suporte de sistemas, processos e métodos utilizados na análise, diagnóstico e gestão, provendo apoio aos profissionais da saúde nas intervenções e no processo saúde-doença de indivíduos, bem como propondo e gerenciando soluções tecnológicas mitigadoras e de avaliação e controle da segurança e dos recursos naturais. Pesquisa e inovação tecnológica, constante atualização e capacitação, fundamentadas nas ciências da vida, nas tecnologias físicas e nos processos gerenciais, são características comuns deste eixo.

Políticas de saúde, epidemiologia, biossegurança, demografia, bioestatística, sistemas de informação em saúde, legislação, ética e bioética, caracterizam a organização curricular destes cursos.”

No tocante ao Curso Técnico em Vigilância em Saúde o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos estabelece linhas de ação que contemplam claramente a proposta para este curso. Tais linhas de ação estão explicitadas na atuação descrita no referido Catálogo para egressos do curso:

Desenvolve ações de inspeção e fiscalização sanitárias. Aplica normatização relacionada a produtos, processos, ambientes, inclusive do trabalho, e serviços de interesse da saúde. Investiga, monitora e avalia riscos e os determinantes dos agravos e danos à saúde e ao meio ambiente. Compõe equipes multidisciplinares de planejamento, execução e avaliação do processo de vigilância sanitária, epidemiológica, ambiental e saúde do trabalhador. Atua no controle do fluxo de pessoas, animais, plantas e produtos em portos, aeroportos e fronteiras. Desenvolve ações de controle e monitoramento de doenças, endemias e de vetores.

Ainda como destaque à habilitação proposta no Curso, o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos aponta para as seguintes possibilidades de temas a serem abordados na formação: Políticas de saúde, epidemiologia, biossegurança, demografia, bioestatística, sistemas de informação em saúde, legislação, ética e bioética. Todos abordados na organização curricular do curso em tela.

### **9.3 Prática Pedagógica e Profissional**

#### **9.3.1 Prática Pedagógica**

A Prática pedagógica adotada no desenvolvimento do Curso privilegia:

- Adoção da Pedagogia de Projetos como procedimento metodológico compatível com uma prática formativa, contínua e processual, na sua forma de instigar seus sujeitos a procederem com investigações, observações, confrontos e outros procedimentos decorrentes das situações – problema propostas e encaminhadas;
- Aulas teóricas com utilização de projetor multimídia, reprodutores DVDs, Computadores, web aulas, material didático etc, visando a apresentação do assunto (problematização) a ser trabalhado e posterior discussão e troca de experiências;
- Aulas práticas em laboratórios e instalações externas para melhor vivência e compreensão dos tópicos teóricos;
- Seminários;
- Pesquisas;
- Elaboração de projetos diversos;
- Visitas técnicas à empresas e indústrias da região e
- Palestras com profissionais da área.

### **9.3.2 Prática Profissional**

A prática escolar, ainda que contextualizada e comprometida com o mundo produtivo real, não deixa de ser um ambiente laboratorial, onde se pretende proporcionar ao aluno vivências que modifiquem o seu modo de pensar, conceber, entender e agir, de modo a fazê-lo construir competências e habilidades que o habilitem a se integrar no mundo produtivo. A vivência em situações reais (não laboratoriais e ativas), no entanto, proporciona ao aluno a oportunidade de ser sujeito ativo de vivências de modo paralelo aos estudos formais e com a devida orientação técnica (por parte do orientador na empresa e por um professor supervisor de estágio designado pela coordenação do curso em pauta). Neste sentido, a Universidade Estácio de Sá incentiva, para o referido curso, o estágio não-obrigatório, conforme estabelecido no § 2º do Art. 2º na LEI Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

“§ 2º Estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.”

Com essa proposta a Instituição visa integrar o aluno em formação profissionalizante ao mundo produtivo, de forma a consubstanciar, o saber com o saber fazer e com o saber ser. Para a que a integração se consolide de forma eficaz, é recomendado que a carga horária do estágio tivesse no mínimo 20% da carga horário do curso e seja realizado após ter cumprido 2/3 do módulo ou etapa inicial do curso.

Apesar da característica opcional do estágio, este assume a dimensão formal do estágio supervisionado, sendo designado para seu acompanhamento e supervisão um integrante do corpo docente, conforme estabelecido no § 1º do Art. 3º da referida LEI.



“§ 1º O estágio como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente, comprovado por vistos nos relatórios referidos no inciso IV do caput do art. 7º desta Lei e por menção de aprovação final.”

As formalidades legais também são adotadas no estágio não-obrigatório, garantindo o encaminhamento e a formalização junto à empresa que oferecer a prática profissional.

#### 9.4 Matriz Curricular

O resultado obtido a partir da aplicação do mecanismo de construção curricular descrito no item anterior é representado por meio da matriz curricular, organizada em etapas ou módulos e apresentada na tabela 1.

Tabela 1: Matriz Curricular

<b>Módulo/Componentes curriculares</b>	<b>CH T</b>	<b>CH P</b>	<b>CH Total</b>
<b>Módulo I – CONCEITOS BÁSICOS PARA A VIGILÂNCIA EM SAÚDE</b>			
Educação para o Trabalho	80	-	80
Ambiente, condições de vida e saúde	80	-	80
Processo saúde-doença	80	-	80
Epidemiologia e bioestatística	80	-	80
Português Instrumental	80	-	80
<b>Total de Carga Horária do Módulo</b>	<b>400</b>		<b>400</b>
<b>Módulo II – RELACIONAMENTO, INFORMAÇÃO E POLÍTICAS APLICADAS A VIGILÂNCIA EM SAÚDE.</b>			
Políticas Públicas de Atenção Integral a Saúde	80	-	80
Administração em Saúde	80	-	80
Comunicação e Informação em Saúde	80	-	80
Psicologia das Relações Humanas	80	-	80
Políticas Públicas de Saúde	80	-	80
<b>Total de Carga Horária do Módulo</b>	<b>400</b>	<b>-</b>	<b>400</b>
<b>Módulo III – AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE</b>			

Vigilância Ambiental	80		80
Vigilância Sanitária	80	-	80
Vigilância em Saúde do Trabalhador	80	-	80
Vigilância Epidemiológica	80	-	80
Atendimento Humanizado em Saúde	80	-	80
<b>Total de Horas do Módulo</b>	<b>400</b>	<b>-</b>	<b>400</b>
<b>Carga Horária Total do Curso</b>	<b>1200</b>	<b>-</b>	<b>1200</b>

### 9.5 Competências e Habilidades por Módulo

Para atender ao perfil profissional estabelecido, o currículo do Curso Técnico em Vigilância em Saúde busca permitir que o aluno desenvolva, durante a sua formação, as seguintes competências e habilidades essenciais ao pleno exercício de suas atividades profissionais:

#### 9.5.1 Módulo I – Conceitos Básicos para a Vigilância em Saúde

- Refletir sobre a Educação no trabalho, articulando ciência, cultura, tecnologia e sociedade, e tomando o trabalho como princípio educativo.
- Conhecer as relações entre saúde, ambiente e condições de vida.
- Conhecer aspectos históricos e conceituais relacionados ao processo saúde doença
- Conhecer os aspectos históricos, conceituais e a aplicabilidade da epidemiologia.
- Compreender a composição dos principais indicadores de saúde e modelos de estudos epidemiológicos.
- Identificar os aspectos fundamentais relacionados à bioestatística
- Desenvolver conhecimento teórico e prático referente à língua portuguesa
- Produzir textos orais e escritos

#### 9.5.2 Módulo II – Relacionamento, Informação e Políticas Aplicadas a Vigilância em Saúde

- Identificar aspectos relevantes da política de atenção integral a saúde voltada para mulheres, homens, crianças, adolescentes, pessoas idosas, população negra, pessoas com doenças raras.

- Compreender aspectos relevantes referentes a administração de serviços de saúde
- Identificar aspectos conceituais e elementos relacionados ao processo de comunicação.
- Discutir a importância do feedback e o impacto do ruído no processo de comunicação.
- Relacionar os tipos de comunicação com prática em saúde
- Diferenciar comunicação de informação
- Conhecer os principais subsistemas de saúde utilizados no Sistema Único de Saúde
- Identificar aspectos relevantes das relações intrapessoais, interpessoais e intergrupais;
- Compreender a importância da mediação de conflitos nas relações humanas;
- Conhecer o histórico das políticas de saúde no Brasil;
- Descrever a organização e funcionamento do SUS;
- Discutir as formas de participação popular no SUS

### **9.5.3 Módulo III – Ações de Vigilância em Saúde**

- Reconhecer aspectos fundamentais da vigilância sanitária
- Compreender aspectos relevantes das ações de vigilância em saúde ambiental
- Compreender o desenvolvimento de ações de vigilância em saúde do trabalhador
- Reconhecer aspectos fundamentais da vigilância epidemiológica

### **9.6 Componentes Curriculares.**

Os componentes curriculares, bem como as bases tecnológicas, e bibliografias estão descritas por módulo, no **Anexo I** ao presente instrumento.

### **Critérios de Aproveitamento de Competências, de Conhecimentos e Experiências Anteriores.**

Para os critérios de aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores, salvo em casos de impedimentos explicitados em editais de programas de bolsas de estudos do Governo Federal, como o PRONATEC, adotam-se seguintes critérios:

Poderão ser aproveitados, mediante avaliação pela Coordenação de Curso das competências adquiridas e carga horária cumpridas, para fins de prosseguimento de estudos:

I - os componentes curriculares cursados em outras escolas, concluídos com aproveitamento em data anterior ao ingresso do aluno na ESTÁCIO e devidamente comprovados;

II - em estudos realizados fora do sistema formal de ensino; e

III - no trabalho ou na experiência extraescolar.

Para tanto, será criada uma comissão formada por professores especialistas na área do curso e, quando se fizer necessário, com membros que compõem a coordenação do curso, os quais elaborarão mecanismos de avaliação dos conhecimentos e/ou experiências adquiridas anteriormente.

### **11. Critérios de Avaliação do Rendimento Escolar**

Educar e avaliar são duas ações que fazem parte de um mesmo processo. A avaliação é a reflexão transformada em ação, pois subsidia decisões a respeito da aprendizagem dos educandos e educadores, tendo em vista garantir a qualidade do processo educativo.

A Universidade Estácio de Sá considera como instrumentos de avaliação:

- observações diárias;
- registro de atividades;
- desenvolvimento de projetos;
- trabalhos de pesquisa;
- tarefas diárias;
- provas e testes;
- apresentação oral de trabalhos;
- participação;
- frequência;
- comprometimento e responsabilidade com tarefas e material; e
- procedimentos de convívio social.

A avaliação do rendimento escolar será feita por componentes curriculares que constituem o módulo e deverá incidir sobre o desempenho dos alunos, nas diferentes situações de aprendizagem, consideradas as competências e habilidades propostas para cada um deles.

O processo de avaliação do rendimento escolar bem como a promoção do aluno estão descritos no Regimento e são aqui sintetizados:

A avaliação dos resultados da aprendizagem dos alunos nas disciplinas, com exceção das disciplinas semipresenciais, ocorrerá em 3 (três) etapas de avaliação (AV1, AV2 e AV3), sendo a cada uma delas atribuído grau de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) pontos, admitindo-se até uma casa decimal.

Será considerado aprovado o aluno que obtiver média igual ou superior a 6,0 (seis).

$$M = \frac{AV_1 + AV_2}{2}$$

$$M \geq 6,0 \text{ (Aprovado)}$$

O aluno que não alcançar o rendimento suficiente nas duas primeiras avaliações será submetido a uma 3ª (terceira) avaliação (AV3), de caráter substitutivo ao menor grau obtido.

É aprovado o aluno que obtiver Média Final igual ou superior a 6,0 (seis), calculada entre o maior grau obtido nas duas primeiras avaliações e a avaliação (AV3).

A avaliação (AV3) é optativa para alunos que desejarem alcançar melhor rendimento, sendo que neste caso, prevalece a maior média obtida.

Compete ao professor da disciplina e/ou ao Coordenador de Curso Técnico elaborar os exercícios escolares sob a forma de prova e determinar os demais trabalhos, bem como julgar-lhes os resultados.

Para aprovação em qualquer disciplina, além da média final igual ou superior a 6,0 (seis), o aluno deverá obter frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento).

A AV1 e AV2 deverão valer, no mínimo 8,0 (oito) e, no máximo, 10,0 (dez) pontos. Caso a prova tenha valor inferior a dez, os pontos restantes serão atribuídos pelo professor com base em trabalhos, atividades estruturadas e/ou quando a frequência for igual ou superior a 90%.

Para as disciplinas semipresenciais, serão aplicadas uma avaliação AV e uma avaliação substitutiva AVS, nos casos de grau inferior a 6,0 (seis) obtido na AV, ou em caso de falta devidamente justificada.

A recuperação de estudos se fará paralelamente ao desenvolvimento do módulo, sob a forma de revisão e recapitulação da componente curricular, reposição de conteúdo, reforço, exercícios, trabalhos, estudos e tarefas programadas, dirigidas e orientadas especialmente para esta finalidade, nos dias programados para essa finalidade, ou fora dos horários ou turnos normais de aulas e atividades.

A recuperação prevista exige frequência obrigatória para alunos de rendimento insuficiente e optativa para alunos que desejem alcançar melhor rendimento, para isso, esta atividade é computada para composição na carga horária mínima exigida por lei.

O aluno reprovado, por não ter alcançado na componente curricular, seja a frequência, sejam as notas mínimas exigidas, deve cursá-la novamente em regime de dependência.

A oferta da componente curricular em regime de dependência estará condicionada à sua disponibilidade em turma, módulo ou curso, em turno diferente daquele que o aluno estiver matriculado.

A dependência deverá ser cumprida no prazo máximo de integralização do curso.

É promovido ao módulo subsequente o aluno aprovado em todos componentes curriculares do módulo cursado, admitindo-se, ainda, a promoção com dependência em 1 (uma) disciplina.

O aluno promovido em regime de dependência pode matricular-se no módulo subsequente e na disciplina da qual depende, aplicando-se a elas as mesmas exigências de frequência e aproveitamento estabelecidas neste instrumento.

## **12. Infraestrutura**

### **12.1 Instalações**

As instalações da Unidade de Ensino possuem acesso fácil, e são localizadas próximas aos principais meios de transportes. São dotadas dos requisitos de segurança necessários, sendo respaldadas por um eficaz programa de manutenção e conservação. Cada unidade é dotada de instalações modernas, amplas, confortáveis com acesso a portadores de necessidades especiais.

A infraestrutura física é integrada por ambientes com padrões de ventilação e iluminação de acordo com as normas estabelecidas pelo poder público. Os ambientes de laboratório são concebidos em conformidade com os padrões físicos adequados a cada grau de segurança requerido, tanto pelas técnicas desenvolvidas como pelos materiais manipulados. O espaço físico destinados aos laboratórios se apresentam em conformidade com as normas pertinentes e a sua ocupação é planejada de forma a não comprometer a segurança e o desenvolvimento didático e pedagógico.

O Anexo II, descreve as instalações da Unidade de ensino onde se desenvolve o curso.

### **12.2 Equipamentos**

Unidade de Ensino dispõe de diferentes tipos de instrumentos, máquinas, equipamentos e aparelhos voltados à prática de laboratório. Em apoio ao desenvolvimento do processo de ensino, cada unidade é dotada de equipamentos de apoio didático, integrados às tecnologias de informação e comunicação.

Os equipamentos da Unidade de Ensino são relacionados no Anexo II do presente instrumento.

### **12.3 Acervo Bibliográfico**

O acervo técnico da biblioteca da Universidade Estácio de Sá, para curso em tela, é composto pelos principais títulos relacionados nas bibliografias de cada componente curricular, constantes nos Anexos I e III do presente INSTRUMENTO.

### **13. Corpo Docente**

Com base na orientação constantes nos instrumentos legais o corpo docente responsável pelo desenvolvimento e atualização do Curso Técnico em Enfermagem, é composto por professores graduados na área de abrangência do curso, com larga experiência na educação profissional, além de vivência no mercado de trabalho.

A titulação adotada como formação inicial para o corpo docente dos cursos técnicos está fundamentada no Art. 40 da Resolução nº 6 CNE/CEB, de 20 de setembro de 2012.

Art. 40 A formação inicial para a docência na Educação Profissional Técnica de Nível Médio realiza-se em cursos de graduação e programas de licenciatura ou outras formas, em consonância com a legislação e com normas específicas definidas pelo Conselho Nacional de Educação.

Integram o corpo docente da Universidade Estácio de Sá, os profissionais relacionados no Anexo IV do presente Instrumento.

### **14. Diploma**

O Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Vigilância em Saúde, propõe o modelo de organização curricular por módulos.

Não existe, na proposta do Curso Técnico em Vigilância em Saúde, sequência dos módulos, em outras palavras, os módulos apesar de interdependentes na ótica curricular e da profissão, assumem terminalidade. Como cada módulo representa um conjunto de competências profissionais, interpessoais e intrapessoais, considera-se que cada aluno, ao final do módulo, obtido o rendimento desejado, está apto a exercer uma atividade ou conjunto de atividades profissionais.

Após a conclusão dos módulos descritos neste instrumento, com aproveitamento, considera-se que o aluno está apto a exercer a profissão de Técnico em Vigilância em Saúde, e fará jus ao Diploma de Técnico de Nível Médio em Vigilância em Saúde.

## 15. Bibliografia

BRASIL. Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004: **Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996**, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Documenta 513: 276. Brasília, 2004.

BRASIL. Resolução n. 6, de 20 de setembro de 2012: **Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio**. Brasília, 2012.

BRASIL. Portaria nº 870, de 16 de julho de 2008. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. Brasília, DF, 2008.

RANGEL, Carlos Xavier. **Modelo de Organização Curricular por Módulos para Cursos Superiores de Tecnologia**. Tese de Doutorado, Universidad Americana, 2010.





## ANEXO I - Ementas, Competências, Habilidades, Bases Tecnológicas e Bibliografia dos Componentes Curriculares.

### Módulo de Técnico em Vigilância em Saúde

#### MÓDULO I CONCEITOS BÁSICOS PARA A VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Componente curricular	Educação para o Trabalho	CH Teórica	CH Prática	CH Total
Curso	TÉCNICO EM AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	80	-	80
		Módulo	Sigla	
<b>Ementa:</b>				
Comportamento humano. Apresentação de mecanismos de defesa inconscientes da mente. Relacionamentos interpessoais. Comportamento profissional, na empresa e no exercício do trabalho em equipe. Noções básicas de informática.				
<b>Competências e Habilidades</b>				
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Interagir com diversos tipos de personalidades e temperamentos de forma profissional;</li> <li>▪ Identificar estratégias para negociar posições de relacionamentos com todos no ambiente de trabalho;</li> <li>▪ Contribuir para a criação de um ambiente organizacional mais saudável para o ser humano;</li> <li>▪ Valorizar e empregar o diálogo como forma de esclarecer conflitos e tomar decisões coletivas;</li> </ul>				
<b>Conteúdo Programático</b>				
<b>1. Processos organizacionais</b> 1.1 Definições e Introdução: Grupos, Organizações e Instituições. 1.2 Empregos formal e informal; Cooperativa; Temporário e autônomo sobre Meios e Processo de trabalho		<b>5. Socialização no ambiente de trabalho</b> 5.1. Socialização no ambiente de trabalho 5.2. Liderança no ambiente de trabalho 5.3. Motivação dentro do trabalho em grupo, Articulação e competências no trabalho em equipe.		
<b>2. Produtividade e Processo de Trabalho</b> 2.1. Processo de trabalho e Força de trabalho 2.2. Meios e Processo de trabalho 2.3. Trabalho de equipe nas empresas		<b>6. Comunicação no trabalho</b> 6.1. História da e Funções da comunicação 6.2 Tipos de comunicação 6.3. Formas de comunicação		
<b>3. Direitos e deveres dos trabalhadores</b> 3.1. Organização (ritmo e jornada de trabalho) e legislação trabalhista 3.2. Remuneração e a globalização		6.8. O papel da comunicação na solução de conflitos, aperfeiçoamento técnico científico e importância para o trabalho.		
<b>4. Coletivização do trabalho</b> 4.1. Relações interpessoais e Trabalho em equipe		<b>7. Alterações no Sistema neurológico</b> 7.1. Exercícios do conteúdo anteriormente		

	aplicados  <b>8. Responsabilidade social e trabalho</b>  8.1. Cidadania  <b>9. Comportamento organizacional</b>  9.1 Trabalho e Cultura organizacional  9.2. Frente ao Ambiente organizacional  9.3. Exercícios e métodos pra otimização do trabalhador frente o Ambiente organizacional
<b>Bases Tecnológicas:</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Definições e introdução da Educação no trabalho</li> <li>• Qualidade pessoal e comportamento</li> <li>• Ambiente profissional e apresentação pessoal</li> <li>• Perfil profissional</li> <li>• Comunicação</li> <li>• Funções da comunicação</li> </ul>	
<b>Orientação Metodológica</b>	
Ministras aulas e avaliar os alunos através de aulas expositivas, participativas e dialogadas sobre conceitos, exercícios e vivências, vídeos demonstrativos, dinâmicas, seminários, simulações, exposição de exemplos, buscando a aprendizagem e interação constante dos Discentes.	
Bibliografia Básica  <input type="checkbox"/> <b>FRANÇA, ANA CIRSTINA LIMONGII. Comportamento organizacional: conceitos e práticas. São Paulo: Saraiva, 2006.</b>  <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>SILVA, MÁRIO GOMES DA. Informática- Terminologia Básica. São Paulo. Editora Érica, 2008.368 p.</b></li> </ul>	
<b>Bibliografia Complementar</b>	
<b>ROSSI,AM.; PERREWÉ,P.;SAUTER,S.(Orgs).2005. Stress e qualidade de vida no trabalho: perspectivas atuais da saúde ocupacional. São Paulo: Atlas.</b>  <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>DAVIS, Harold T. Computação. São Paulo: Atual, 1995. 93 p.</b></li> </ul>	

Componente curricular	AMBIENTE, CONDIÇÕES DE VIDA E SAÚDE	CH Teórica	CH Prática	CH Total
Curso	TÉCNICO EM AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	80	-	80
		Módulo	MCBV	
<b>Ementa:</b>				
Aspectos Históricos e Conceituais da Saúde Ambiental; Saúde Ambiente e Água; Saúde Ambiente e Resíduos Sólidos; Saúde Ambiente e Resíduos de Serviços de Saúde; Saúde Ambiente e Poluição Atmosférica; Sustentabilidade e Saúde; Determinantes Sociais de Saúde				
<b>Competências e Habilidades</b>				
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Conhecer os aspectos históricos e conceituais da relação saúde e ambiente</li> <li>▪ Identificar aspectos relevantes da relação Saúde Ambiente e água</li> <li>▪ Identificar aspectos relevantes da relação Saúde Ambiente e resíduos sólidos</li> <li>▪ Identificar aspectos relevantes da relação Saúde Ambiente e resíduos de serviços de saúde</li> <li>▪ Identificar aspectos relevantes da relação Saúde Ambiente e poluição atmosférica</li> <li>▪ Estabelecer relação entre saúde, desenvolvimento e sustentabilidade</li> <li>▪ Refletir sobre os determinantes sociais de saúde</li> </ul>				
<b>Conteúdo Programático</b>				
Unidade 1 – SAÚDE E AMBIENTE 1.1 Introdução a Saúde Ambiental 1.1.1 Aspectos Históricos 1.1.2 Aspectos Conceituais 1.2 Saúde, Ambiente e Água 1.2.1 Importância Sanitária da Água 1.2.1.1 Classificação e Usos da Água 1.2.1.2 Poluição da Água e Efeitos na Saúde 1.2.2 Qualidade Sanitária da Água para Fins de Potabilidade Humana 1.2.2.1 Dejetos – Esgoto Sanitário 1.2.2.1 Histórico e Importância Sanitária 1.2.2.2 Acondicionamento 1.2.2.3 Sistema de Tratamento 1.3 Saúde, Ambiente e Resíduos Sólidos 1.3.1 Aspectos Conceituais 1.3.2 Classificação dos Resíduos Sólidos 1.3.3 Problemas dos Resíduos Sólidos 1.4 Saúde, Ambiente e Resíduos de Serviços de Saúde 1.4.1 Aspectos Conceituais		1.4.3 Procedimentos Adequados para o Manejo de Resíduos de Serviços de Saúde 1.4.4 Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde 1.5 Saúde, Ambiente e Poluição Atmosférica 1.5.1 Classificação dos Poluentes Atmosféricos 1.5.2 Fontes de Poluição e Poluentes 1.5.3 Efeitos da Poluição Atmosférica na Saúde 1.5.4 Controle e Monitoramento da Qualidade do Ar  Unidade 2 – SUSTENTABILIDADE E SAÚDE 2.1 Aspectos Históricos da Sustentabilidade 2.2 Aspectos Conceituais relacionados a Sustentabilidade 2.3 Saúde, Desenvolvimento e Sustentabilidade  Unidade 3 – CONDIÇÕES DE VIDA E SAÚDE 3.1 Determinantes Sociais de Saúde		

1.4.2 Classificação dos Resíduos de Serviços de Saúde	3.1.1 Aspectos Históricos Relacionados aos Determinantes Sociais de Saúde  3.1.2 Aspectos Conceituais Relacionados aos Determinantes Sociais de Saúde  3.1.3 Determinantes Sociais e Equidade na Saúde
<b>Bases Tecnológicas:</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Noções de saúde ambiental</li> <li>▪ Noções de sustentabilidade e saúde</li> <li>▪ Noções de determinantes sociais de saúde</li> </ul>	
<b>Orientação Metodológica</b>	
Ministrar aulas e avaliar os alunos através de aulas expositivas, participativas e dialogadas sobre conceitos, exercícios e vivências, interação com profissionais da área, vídeos demonstrativos, dinâmicas, seminários, simulações, exposição de exemplos práticos e rotineiros, buscando a aprendizagem e interação constante dos Discentes.	
<b>Bibliografia Básica</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas Normas: 8969,12807,12808,12809,12810, 24512. Rio de Janeiro</li> <li>▪ BOFF, L. <b>Sustentabilidade: o que é: o que não é</b>. Petrópolis: Vozes, 2012</li> <li>▪ BRASIL. <b>Resolução CONAMA nº 003, de 28 de junho de 1990</b>. Publicada no D.O.U, de 22 de agosto de 1990, Seção 1, páginas 15937-15939. Dispõe sobre padrões de qualidade do ar, previstos no PRONAR.</li> <li>▪ FONSECA. A. F. (org) <b>O território e o processo saúde doença</b>. Rio de Janeiro: EPSJV, 2007</li> <li>▪ PASSOS, R. N. (org) <b>Determinação Social da Saúde e Reforma Sanitária</b>. Rio de Janeiro: Cebes, 2010.</li> </ul>	
<b>Bibliografia Complementar</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ BUSS, P. M.; PELLEGRINI FILHO, A. A saúde e seus determinantes sociais. <b>Physis</b>, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, abr. 2007.</li> <li>▪ BRASIL. <b>Resolução CONAMA nº 005, de 15 de junho de 1989</b>. Publicada no D.O.U, de 30/08/89, Seção I, Pág. 15.048. Instituir o Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar - PRONAR, como um dos instrumentos básicos da gestão ambiental para proteção da saúde e bem estar das populações e melhoria da qualidade de vida com o objetivo de permitir o desenvolvimento econômico e social do país de forma ambientalmente segura, pela limitação dos níveis de emissão de poluentes por fontes de poluição atmosférica com vistas a: a) uma melhoria na qualidade do ar; b) o atendimento aos padrões estabelecidos; c) o não comprometimento da qualidade do ar em áreas consideradas não degradadas.</li> <li>▪ HELLER, L. <b>Saneamento e Saúde</b>. Organização Panamericana da Saúde, Brasília, 1997.</li> <li>▪ FREITAS, C.M.; PORTO, M.F. <b>Saúde, ambiente e sustentabilidade</b>. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2006.</li> </ul>	

Componente curricular	PROCESSO SAÚDE DOENÇA	CH Teórica	CH Prática	CH Total
Curso	TÉCNICO EM AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	80	-	80
		Módulo	MCBV	
<b>Ementa:</b> Relação Saúde Doença; Cuidados Primários em Saúde; Promoção da Saúde				
<b>Competências e Habilidades</b>				
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Conhecer os aspectos históricos e conceituais do processo saúde doença</li> <li>▪ Entender o modelo de história natural da doença</li> <li>▪ Identificar os níveis de prevenção em saúde</li> <li>▪ Reconhecer os aspectos históricos e conceituais dos cuidados primários em saúde</li> <li>▪ Contextualizar a atenção básica no modelo de saúde</li> <li>▪ Identificar os princípios da promoção de saúde</li> <li>▪ Reconhecer os aspectos relevantes da Política Nacional de Promoção da Saúde</li> <li>▪ Realizar ações específicas de promoção da saúde</li> </ul>				
<b>Conteúdo Programático</b>				
<b>Unidade 1 – RELAÇÃO SAÚDE E DOENÇA</b> 1.1 Aspectos Históricos e Conceituais do Processo Saúde Doença 1.2 Modelo de História Natural da Doença 1.2.1 Relação Agente, Hospedeiro e Meio Ambiente 1.2.2 Níveis de Prevenção em Saúde		2.4 Política Nacional de Promoção da Saúde 2.4.1 Aspectos Históricos Relacionados a Política Nacional de Promoção da Saúde 2.4.2 Princípios e Diretrizes da Política Nacional de Promoção da Saúde 2.4.3 Estratégias para a Implementação da Política Nacional de Promoção da Saúde 2.5 Ações Específicas de Promoção da Saúde 2.5.1 Alimentação Saudável 2.5.2 Prática Corporal e Atividade Física 2.5.3 Prevenção e Controle do Tabagismo 2.5.4 Redução da Mortalidade em Decorrencia do Uso Abusivo de Álcool e Outras Drogas 2.5.5 Redução da Mortalidade por Acidente de Trânsito 2.5.6 Promoção do Desenvolvimento Sustentável 2.5.7 Prevenção da Violência e Estímulo a Cultura de Paz		
<b>Unidade 2 - CUIDADOS PRIMÁRIOS E PROMOÇÃO DA SAÚDE</b> 2.1 Aspectos Históricos e Conceituais dos Cuidados Primários em Saúde 2.2 Conferência de Alma Ata e a Atenção Primária em Saúde 2.3 Atenção Básica a Saúde 2.3 Princípios da Promoção da Saúde 2.3.1 Concepção Holística 2.3.2 Intersetorialidade 2.3.3 Empoderamento 2.3.4 Participação Social 2.3.5 Equidade 2.3.6 Ações Multiestratégicas 2.3.7 Sustentabilidade				
<b>Bases Tecnológicas:</b>				
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Conceitos de processo saúde doença</li> <li>▪ Fundamentos de cuidados primários em saúde</li> <li>▪ Fundamentos da promoção de saúde</li> </ul>				
<b>Orientação Metodológica</b>				
Ministrará aulas e avaliar os alunos através de aulas expositivas, participativas e dialogadas sobre conceitos, exercícios e vivências, vídeos demonstrativos, dinâmicas, seminários, simulações, exposição de exemplos, buscando a aprendizagem e interação constante dos Discentes.				
<b>Bibliografia Básica</b>				

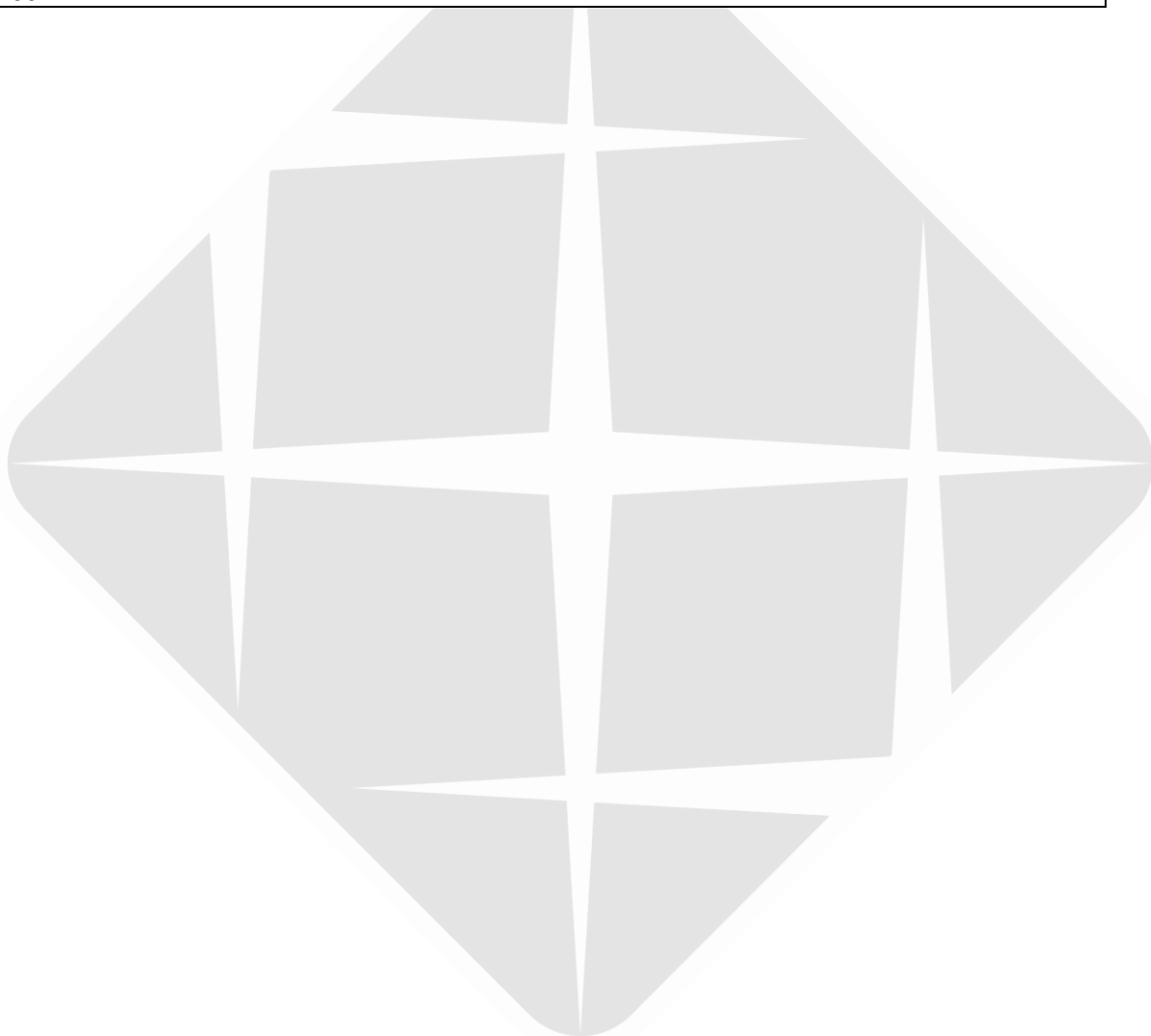
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Projeto Promoção da Saúde. **As Cartas da Promoção da Saúde** / Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, Projeto Promoção da Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde** / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – 3. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2010.

ROUQUAYROL, M. Z; ALMEIDA FILHO, N. de. **Epidemiologia & Saúde**. 7. ed. Rio de Janeiro: MEDSI/Guanabara Koogan, 2013.

#### **Bibliografia Complementar**

BRASIL. Ministério da Saúde. Promoção da Saúde: **Declaração de Alma-Ata, Carta de Ottawa, Declaração de Adelaide, Declaração de Sundsvall, Declaração de Santafé de Bogotá, Declaração de Jacarta, Rede de Megapaíses e Declaração do México**. Brasília, 2001.



Componente curricular	EPIDEMIOLOGIA E BIOESTATÍSTICA	CH Teórica	CH Prática	CH Total
Curso	TÉCNICO EM AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	80	-	80
		Módulo	MCBV	
<b>Ementa:</b> Fundamentos de Epidemiologia; Bases do Método Epidemiológico; Modelos de Estudos Epidemiológicos; Fundamentos de Bioestatística				
<b>Competências e Habilidades</b>				
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Conhecer os fundamentos da epidemiologia</li> <li>▪ Identificar as bases do método epidemiológico</li> <li>▪ Entender os fundamentos da bioestatística</li> </ul>				
<b>Conteúdo Programático</b>				
Unidade 1 – FUNDAMENTOS DE EPIDEMIOLOGIA  1.1 Aspectos Históricos e Conceituais da Epidemiologia 1.2 Aplicabilidade da Epidemiologia 1.3 Epidemiologia nos Serviços de Saúde  Unidade 2 – BASES DO MÉTODO EPIDEMIOLÓGICO  2.1 Indicadores Epidemiológicos 2.1.1 Morbidade 2.1.2 Mortalidade 2.1.3 Letalidade 2.1.4 Incidência 2.1.5 Prevalência		2.2 Modelos de Estudos Epidemiológicos  2.2.1 Estudos Transversais 2.2.2 Estudos de Coorte 2.2.3 Estudos de Caso Controle 2.2.4 Ensaios Clínicos  Unidade 3 – FUNDAMENTOS DE BIOESTATÍSTICA  3.1 Aspectos Conceituais Aplicados a Bioestatística 3.2 Tipos de Dados 3.3 População e Amostra 3.3.1 Técnicas de Amostragem 3.3.2 Cálculo do Tamanho Amostral 3.4 Medidas de Tendência Central e Dispersão 3.4.1 Média 3.4.2 Mediana 3.4.3 Moda 3.4.4 Desvio Padrão		
<b>Bases Tecnológicas:</b>				
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Fundamentos de epidemiologia</li> <li>▪ Noções sobre a base do método epidemiológico</li> <li>▪ Conhecimento sobre modelos de estudos epidemiológicos</li> <li>▪ Fundamentos de bioestatística</li> </ul>				
<b>Orientação Metodológica</b>				

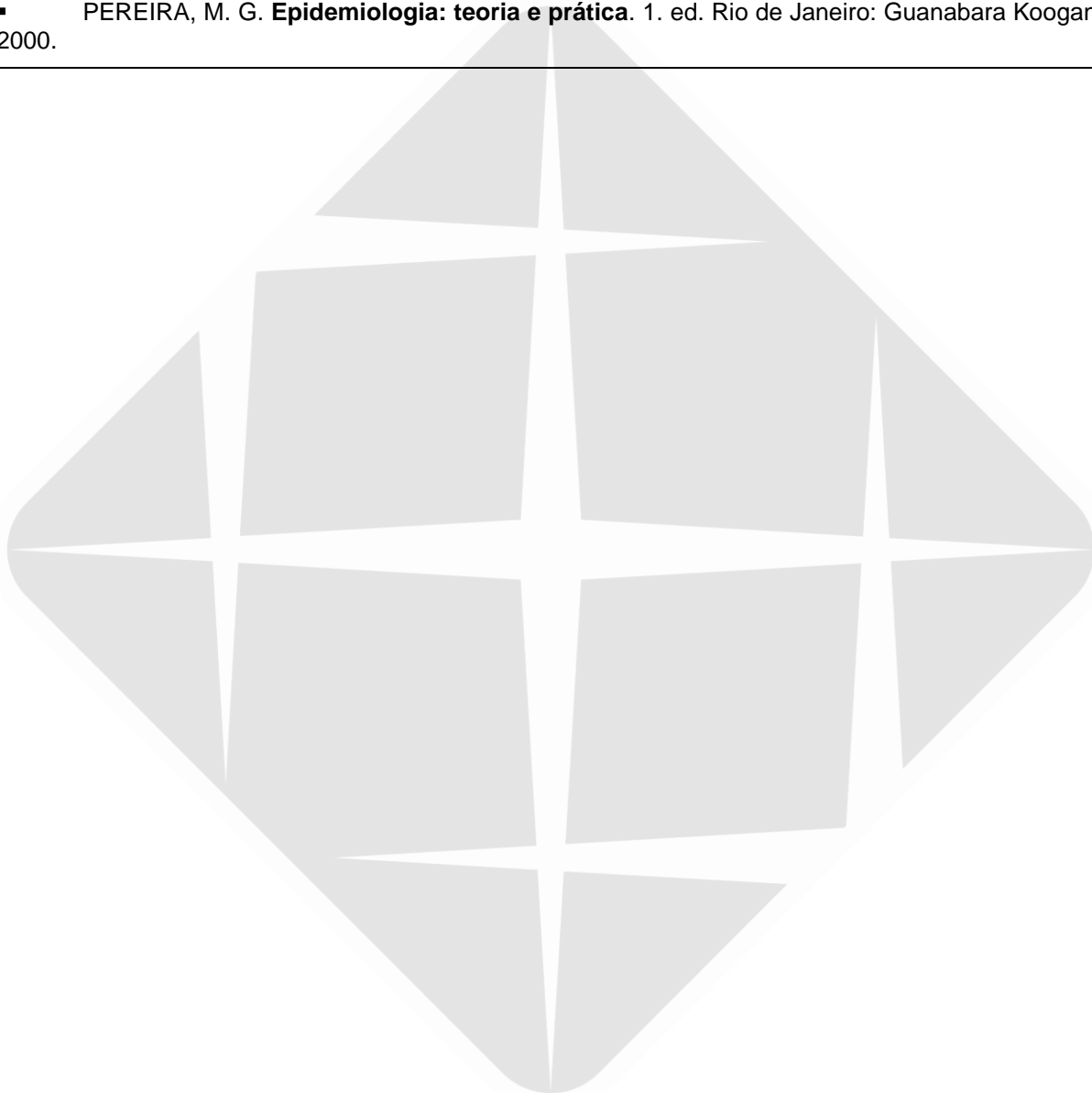
Ministrar aulas e avaliar os alunos através de aulas expositivas, participativas e dialogadas sobre conceitos, exercícios e vivências, vídeos demonstrativos, dinâmicas, seminários, simulações, exposição de exemplos, buscando a aprendizagem e interação constante dos Discentes.

**Bibliografia Básica**

- ROUQUAYROL, M. Z; ALMEIDA FILHO, N. de. **Epidemiologia e Saúde**. 7. ed. Rio de Janeiro: MEDSI/Guanabara Koogan, 2013.
- VIEIRA, S. **Introdução à Bioestatística**. 4ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

**Bibliografia Complementar**

- PEREIRA, M. G. **Epidemiologia: teoria e prática**. 1. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.





Componente curricular	PORTUGUÊS INSTRUMENTAL	CH Presencial	CH EAD	CH Total
Curso	TÉCNICO EM AGENTE COMUNITÁRIO	80	-	80
		MCBV		
<b>Ementa:</b>				
Língua, linguagem e variação lingüística; Adequação vocabular, variação linguística, texto e hipertexto; Textualidade - coesão sequencial; Tipos de coerência - fatores de coerência; Tipologia textual e gêneros textuais; Tipologia textual; Estrutura do parágrafo; Raciocínio Argumentativo Sentidos metafórico e metonímico; Polissemia, duplo sentido e ambigüidade; Estrutura e Estética da Redação Administrativa.				
<b>Competências e Habilidades</b>				
<u>Competências</u>				
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Desenvolver conhecimentos teóricos e práticos referentes à língua portuguesa.</li> <li>▪ Desenvolver a capacidade linguística com relação à leitura e compreensão de textos.</li> <li>▪ Diferenciar a comunicação oral da escrita.</li> <li>▪ Compreender a leitura analítica e crítico-interpretativa de textos.</li> <li>▪ Refletir acerca da estrutura composicional dos textos.</li> <li>▪ Identificar os processos de leitura e produção textual.</li> <li>▪ Analisar variadas estruturas textuais.</li> </ul>				
<u>Habilidades</u>				
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Produzir textos com proficiência.</li> <li>▪ Elaborar gêneros textuais/discursivos diversos.</li> <li>▪ Elaborar textos argumentativos, com fundamentação através de estratégias previamente estabelecidas.</li> <li>▪ Produzir textos orais e escritos.</li> <li>▪ Utilizar as estruturas da linguagem.</li> </ul>				
<b>Conteúdo Programático</b>				
1 - Língua, linguagem e variação lingüística		4.1.1- Coerência semântica.		
1.1 - Linguagem e língua: introdução.		4.1.2 - Coerência sintática.		
1.2 - Língua padrão e variação.		4.1.3 - Coerência estilística.		
1.3 - Escrita versus fala.		4.1.4 - Coerência pragmática.		
1.4 - Formalidade e informalidade.		5 - Tipologia textual e gêneros textuais – parte 1		
2 - Adequação vocabular, variação linguística, texto e hipertexto.		5.1 – Narração.		
2.1 - Variação lingüística.		5.2 – Argumentação.		
2.2 - Coesão textual.		5.3 – Exposição.		
2.3 - Coerência textual.		5.4 – Descrição.		
2.4- Texto e hipertexto.		5.5 – Injunção.		
3 – Textualidade - coesão sequencial.		6 – Tipologia textual – parte 2		
3.1 - Coesão sequencial e a relação com o		7 – Estrutura do parágrafo.		

sentido.  4 – Tipos de coerência - fatores de coerência.  4.1 - Tipos de coerência.	7.1 - Afinal, o que é parágrafo?
<b>Bases Tecnológicas:</b>	
Leitura e interpretação de textos; gramática básica;	
<b>Orientação Metodológica</b>	
Disciplina semipresencial com carga horária de 40 horas presenciais e 40 horas de estudo dirigido através de roteiro elaborado pelo professor com orientações e instruções para o aluno.  Aulas presenciais expositivas com uso de recursos didáticos de multimídia. Utilização de vídeos e imagens e apresentação de modelos reais ou simulados. Aplicação das avaliações conforme estabelecido na Proposta Pedagógica. Aplicação de material didático.	
<b>Bibliografia Básica</b>	
ABAURRE, Maria Luiza M.; PONTARA, Marcela. Gramática: texto: análise e construção de sentido. São Paulo: Moderna, 2013.  ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete M. Produção de texto: interlocução e gêneros. São Paulo: Moderna, 2013.  FRANÇA, Ana Shirley. Comunicação empresarial. São Paulo: Atlas, 2014.  MEDEIROS, João Bosco. Português instrumental: contém técnicas de elaboração de trabalho de conclusão de curso (TCC). 10. ed. São Paulo: Atlas, 2014.  TOMASI, Carolina; MEDEIROS, João Bosco. Comunicação empresarial. 4. ed. Atlas, 2014.	
<b>Bibliografia Complementar</b>	
ABREU, Antonio Suarez. <b>Curso de Redação</b> . 11. ed. São Paulo: Ática, 2001. CAMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. <b>Estrutura da língua portuguesa</b> . 41. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. FIORIN, José; SAVIOLI, Platão. <b>Para entender o texto: leitura e redação</b> . 17. ed. São Paulo: Ática, 2008. GARCIA, Othon M. <b>Comunicação em prosa moderna</b> . 26. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009.	

**Módulo II – RELACIONAMENTO, INFORMAÇÃO E POLÍTICAS APLICADAS A VIGILÂNCIA EM SAÚDE**

Componente curricular	POLÍTICA DE ATENÇÃO INTEGRAL A SAÚDE	CH Teórica	CH Prática	CH Total
Curso	TÉCNICO EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE	80	-	80
		Módulo	MRIPAV	
<b>Ementa:</b>				
Política de Atenção Integral a Saúde da Mulher; Política de Atenção Integral a Saúde do Homem; Política de Atenção Integral a Saúde da População Idosa; Política de Atenção Integral a Saúde do Adolescente; Política de Atenção Integral a Saúde da Criança; Política de Atenção Integral a Saúde da População Negra; Política de Atenção Integral a Pessoas com Doenças Raras				
<b>Competências e Habilidades</b>				
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Conhecer Aspectos Relevantes a Política de Atenção Integral a Saúde da Mulher</li> <li>▪ Conhecer Aspectos Relevantes a Política de Atenção Integral a Saúde do Homem</li> <li>▪ Conhecer Aspectos Relevantes a Política de Atenção Integral a Saúde da População Idosa</li> <li>▪ Conhecer Aspectos Relevantes a Política de Atenção Integral a Saúde do Adolescente</li> <li>▪ Conhecer Aspectos Relevantes a Política de Atenção Integral a Saúde da Criança</li> <li>▪ Conhecer Aspectos Relevantes a Política de Atenção Integral a Saúde da População Negra</li> <li>▪ Conhecer Aspectos Relevantes a Política de Atenção Integral a Pessoas com Doenças Raras</li> </ul>				
<b>Conteúdo Programático</b>				
Unidade 1 – POLÍTICA DE ATENÇÃO INTEGRAL A SAÚDE DA MULHER 1.1 Aspectos Históricos da Saúde da Mulher 1.2 Princípios e Diretrizes da Atenção Integral a Saúde da Mulher 1.3 Objetivos da Atenção Integral a Saúde da Mulher 1.4 Responsabilidades Institucionais para garantia da Atenção Integral a Saúde da Mulher  Unidade 2 – POLÍTICA DE ATENÇÃO INTEGRAL A SAÚDE DO HOMEM 2.1 Aspectos Históricos da Saúde do Homem 2.2 Princípios e Diretrizes da Atenção Integral a Saúde do Homem 2.3 Objetivos da Atenção Integral a Saúde do Homem 2.4 Responsabilidades Institucionais para garantia da Atenção Integral a Saúde do Homem  Unidade 3 – POLÍTICA DE ATENÇÃO INTEGRAL A SAÚDE DA POPULAÇÃO IDOSA 3.1 Aspectos Históricos da Saúde da População Idosa 3.2 Princípios e Diretrizes da Atenção Integral a Saúde da População Idosa 3.3 Objetivos da Atenção Integral a Saúde da População Idosa 3.4 Responsabilidades Institucionais para garantia da Atenção Integral a Saúde da		Unidade 5 – AGENDA DE COMPROMISSO PARA A SAÚDE INTEGRAL DA CRIANÇA E REDUÇÃO DA MORTALIDADE INFANTIL 5.1 Aspectos Históricos Relacionados a Saúde Integral da Criança e Redução da Mortalidade Infantil 5.2 Princípios Norteadores da Atenção Integral a Saúde da Criança e Redução da Mortalidade Infantil 5.3 Linha de Cuidado da Atenção Integral a Saúde da Criança e Redução da Mortalidade Infantil 5.4 Principais Estratégias de Ação e Organização dos Serviços de Saúde para a Atenção Integral a Saúde da Criança e Redução da Mortalidade Infantil 5.5 Abordagem prioritária para a garantia da Atenção Integral a Saúde da Criança e Redução da Mortalidade Infantil 5.6 Compromisso das Unidades de Saúde para a realização da Atenção Integral a Saúde da Criança e Redução da Mortalidade Infantil  Unidade 6 – POLÍTICA DE ATENÇÃO INTEGRAL A SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA 6.1 Aspectos Históricos da Saúde da População Negra 6.2 Princípios e Diretrizes da Atenção Integral a Saúde da População Negra 6.3 Objetivos da Atenção Integral a Saúde da População Negra		

<p>População Idosa 3.5 Articulação Intersetorial para a Atenção Integral a Saúde da População Idosa</p> <p>Unidade 4 – POLÍTICA DE ATENÇÃO INTEGRAL A SAÚDE DO ADOLESCENTE 4.1 Aspectos Históricos da Saúde do Adolescente 4.2 Princípios e Diretrizes da Atenção Integral a Saúde do Adolescente 4.3 Objetivos da Atenção Integral a Saúde do Adolescente 4.4 Responsabilidades Institucionais para garantia da Atenção Integral a Saúde do Adolescente</p>	<p>6.4 Responsabilidades Institucionais para garantia da Atenção Integral a Saúde da População Negra</p> <p>Unidade 7 – POLÍTICA DE ATENÇÃO INTEGRAL AS PESSOAS COM DOENÇAS RARAS 7.1 Organização da Atenção as Pessoas com Doenças Raras 7.2 Linha de Cuidado para Atenção as Pessoas com Doenças Raras</p>
<p><b>Bases Tecnológicas:</b></p>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Noções de Aspectos Relevantes a Política de Atenção Integral a Saúde da Mulher</li> <li>▪ Noções de Aspectos Relevantes a Política de Atenção Integral a Saúde do Homem</li> <li>▪ Noções de Aspectos Relevantes a Política de Atenção Integral a Saúde da População Idosa</li> <li>▪ Noções de Aspectos Relevantes a Política de Atenção Integral a Saúde do Adolescente</li> <li>▪ Noções de Aspectos Relevantes a Política de Atenção Integral a Saúde da Criança</li> <li>▪ Noções de Aspectos Relevantes a Política de Atenção Integral a Saúde da População Negra</li> <li>▪ Noções de Aspectos Relevantes a Política de Atenção Integral a Pessoas com Doenças Raras</li> </ul>	
<p><b>Orientação Metodológica</b></p>	
<p>Ministrar aulas e avaliar os alunos através de aulas expositivas, participativas e dialogadas sobre conceitos, exercícios e vivências, vídeos demonstrativos, dinâmicas, seminários, simulações, exposição de exemplos buscando a aprendizagem e interação constante dos Discentes.</p>	
<p><b>Bibliografia Básica</b></p>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. <b>Atenção à saúde da pessoa idosa e envelhecimento</b> / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas, Área Técnica Saúde do Idoso. – Brasília, 2010</li> <li>▪ BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. <b>Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes</b> / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2004</li> <li>▪ BRASIL. Ministério da Saúde. <b>Portaria nº 199, de 30 de janeiro de 2014</b>. Institui a Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras, aprova as Diretrizes para Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e institui incentivos financeiros de custeio.</li> <li>▪ BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. <b>Agenda de compromissos para a saúde integral da criança e redução da mortalidade infantil</b> / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. BRASIL. Ministério da Saúde. <b>Portaria Nº 1.944, de 27 de agosto de 2009</b>. Institui no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem.</li> <li>▪ BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. <b>Política Nacional de Saúde Integral da População Negra</b>. Brasília: Ministério da Saúde, 2007.</li> <li>▪ BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção em Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. <b>Diretrizes Nacionais para a Atenção Integral a Saúde dos Adolescentes e Jovens na Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde</b>. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção em Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde do Adolescente e do Jovem. Brasília: Ministério da</li> </ul>	

Saúde, 2010.				
<b>Bibliografia complementar</b>				
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. <b>Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento</b> / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012.</li> <li>▪ BRASIL. Ministério da Saúde. <b>Portaria nº 2.528 de 19 de outubro de 2006</b>. Aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa.</li> </ul>				
<b>Componente curricular</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO EM SAÚDE</b>	<b>CH Teórica</b>	<b>CH Prática</b>	<b>CH Total</b>
<b>Curso</b>	<b>TÉCNICO EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE</b>	<b>80</b>	<b>-</b>	<b>80</b>
		<b>Módulo</b>	<b>MRIPAV</b>	
<b>Ementa:</b>				
Princípios gerais de administração de serviços de saúde. Ética, psicologia, diagnóstico e ambiente organizacional. Importância dos clientes, fornecedores, investidores, sociedade e governo. Gestão de qualidade total e gerência participativa. Práticas de gestão hospitalar				
<b>Competências e Habilidades</b>				
Identificar os fundamentos da gestão dos serviços de saúde  Conhecer aspectos relevantes sobre ética, psicologia e diagnósticos organizacionais  Entender a relação entre clientes e ambientes de serviços de saúde  Entender os aspectos relevantes da gestão da qualidade em saúde  Conhecer as estratégias de gestão participativa em serviços de saúde  Compreender aspectos relevantes da gestão de unidades hospitalares				
<b>Conteúdo Programático</b>				
1–Fundamentos da Gestão dos Serviços em Saúde  2 – Operações dos Serviços em Saúde  3 – Ética e Cidadania Organizacional  4 – Psicologia Organizacional  5 – Fundamentos Diagnósticos Organizacionais 5.1 Conceito do Diagnóstico Organizacional  5.2 O Cliente e o Ambiente dos serviços de Saúde		6 – Gestão da Qualidade  6.1 Custos e Ferramentas da Qualidade  Técnicas de Atendimento e Relacionamento  7 – Gerência Participativa  8 – Práticas Hospitalares  8.1 Conceitos e Características das 8.2 Organizações Hospitalares  8.3 Planejamento Hospitalar		
<b>Bases Tecnológicas:</b>				
Fundamentos da gestão em serviços de saúde  Aspectos operacionais dos serviços de saúde				

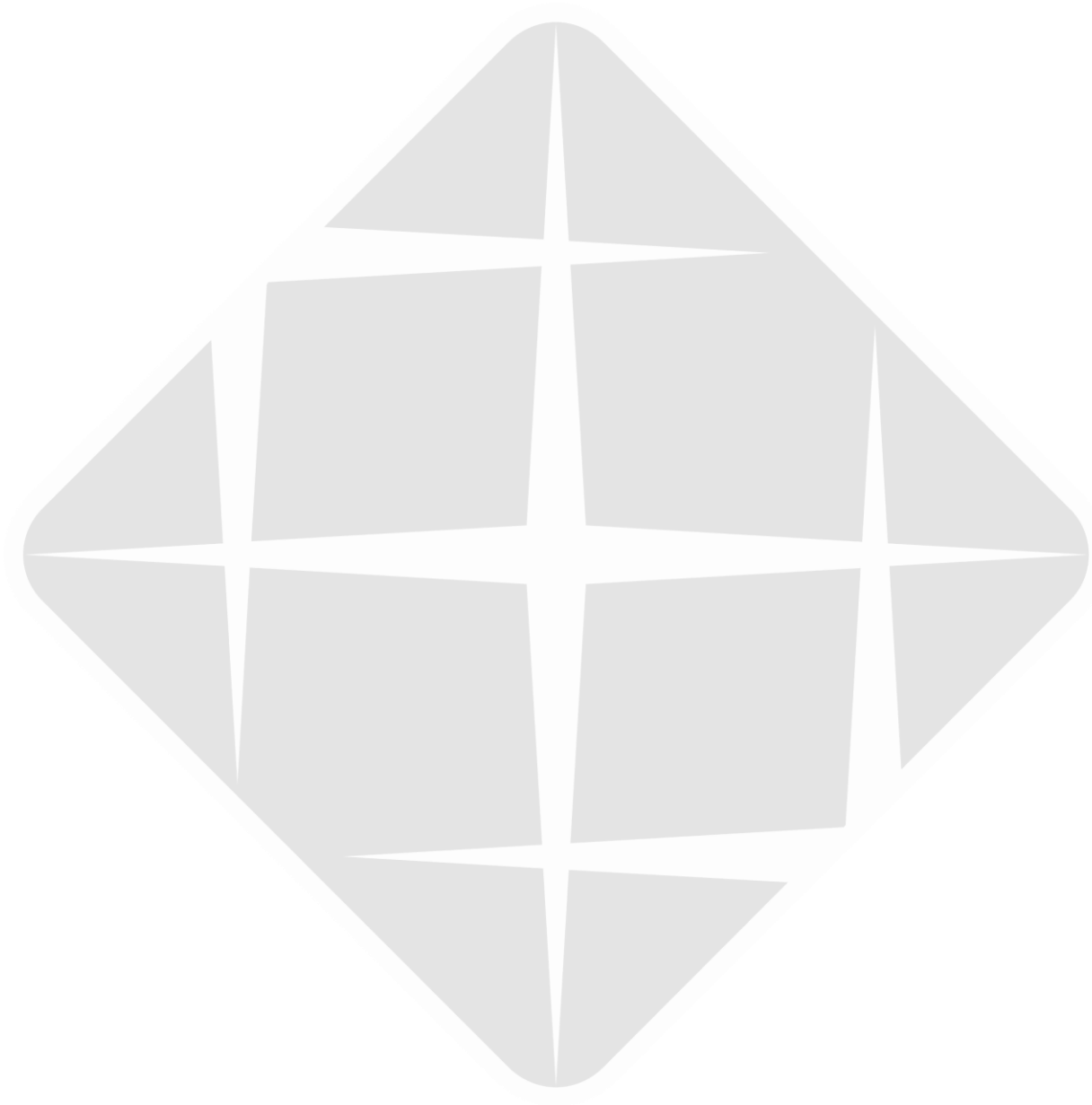
Noções sobre ética, psicologia, diagnóstico e ambiente organizacional
Noções sobre gestão da qualidade em serviços de saúde
Fundamentos de gerência participativa em serviços de saúde
Conhecimentos sobre práticas de gestão hospitalar
<b>Orientação Metodológica</b>
Ministrar aulas e avaliar os alunos através de aulas expositivas, participativas e dialogadas sobre conceitos, exercícios e vivências, vídeos demonstrativos, dinâmicas, seminários, simulações, exposição de exemplos, buscando a aprendizagem e interação constante dos Discentes.
<b>Bibliografia Básica</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ SENNA, Ana Maria; SPILLER, Eduardo Santiago; MOREIRA, Itamar; SANTOS, José Ferreira; VILAR Josier Marques; VERGARA, Sylvia Constant. Gestão dos Serviços de Saúde - Série Gestão em Saúde. Editora FGV, 2009.</li><li>▪ CHIAVENATO, I. Administração: Teoria, Processos e Prática. 4ed., Sao Paulo: Makron Books, 2006.</li></ul>
<b>Bibliografia Complementar</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ FITZSIMMONS, J. A.; FITZSIMMONS, M. J. Administração de Serviços. Porto Alegre: Bookman, 2000.</li><li>▪ HOFFMAN, K. D.; BATESON, J. E. G. Princípios de Marketing de Serviços. São Paulo: Pioneira-Thomson, 2003.</li><li>▪ JOHNSTON, R.; CLARK, G. Administração de Operações de Serviço. São Paulo: Atlas, 2002</li></ul>

Componente curricular	COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO EM SAÚDE	CH Teórica	CH Prática	CH Total
Curso	TÉCNICO EM AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	80	-	80
		Módulo	MRIPAV	
<b>Ementa:</b>				
Aspectos conceituais relacionados a comunicação em saúde; elementos do processo de comunicação; tipos de comunicação; feedback e ruídos no processo de comunicação; comunicação e informação; principais subsistemas de informação em saúde				
<b>Competências e Habilidades</b>				
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Conhecer os aspectos conceituais relacionados ao processo de comunicação em saúde</li> <li>▪ Identificar os elementos do processo de comunicação</li> <li>▪ Relacionar os tipos de comunicação com a saúde</li> <li>▪ Conhecer os principais subsistemas de informação em saúde</li> </ul>				
<b>Conteúdo Programático</b>				
Unidade 1 – COMUNICAÇÃO EM SAÚDE 1.1 Aspectos Conceituais Relacionados a Comunicação em Saúde 1.2 Elementos do Processo de Comunicação 1.3 Importância do Feedback no Processo de Comunicação na Saúde 1.4 Impacto dos Ruídos no Processo de Comunicação na Saúde 1.5 Relação entre os Tipos de Comunicação e a Saúde 1.5.1 Comunicação Não Verbal e Saúde 1.5.2 Comunicação Verbal e Saúde 1.6 Relação entre Comunicação e Informação		Unidade 2 –INFORMAÇÃO EM SAÚDE 2.1 Aspectos Conceituais Relacionados a Informação em Saúde 2.2 Principais Subsistemas de Informação em Saúde 2.2.1 Sistema de Informação sobre Mortalidade – SIM 2.2.2 Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC) 2.2.3 Sistema de Informação sobre Agravos Notificáveis (SINAN) 2.3.4 Sistema de Informação Hospitalar (SIH) 2.3.5 Sistema de Informação Ambulatorial (SIA) 2.3.6 Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) 2.3.7 Sistema de Informações do Programa Nacional de Imunização (SI-PNI) 2.3.8 Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)		
<b>Bases Tecnológicas:</b>				
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Conceito de comunicação</li> <li>▪ Definição de feedback e ruídos no processo de comunicação</li> <li>▪ Noções de tipos de comunicação</li> <li>▪ Noções dos principais subsistemas de informação em saúde</li> </ul>				
<b>Orientação Metodológica</b>				
Ministrar aulas e avaliar os alunos através de aulas expositivas, participativas e dialogadas sobre conceitos, exercícios e vivências, interação com profissionais da área, vídeos demonstrativos, dinâmicas, seminários, simulações, exposição de exemplos práticos e rotineiros, buscando a aprendizagem e interação constante dos Discentes.				
<b>Bibliografia Básica</b>				
REDE Interagencial de Informação para a Saúde. <b>Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações.</b> 2. ed. – Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2008. PAES da SILVA, M. J. <b>Comunicação tem remédio: a comunicação nas relações interpessoais em saúde.</b> São Paulo, Edições Loyola, 2002.				

**Bibliografia Complementar**

Brasil. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Sistema Único de Saúde / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. – Brasília : CONASS, 2011.

CORCORAN, N. **Comunicação em Saúde - Estratégias para Promoção de Saúde**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012





Componente curricular	PSICOLOGIA DAS RELAÇÕES HUMANAS	CH Teórica	CH Prática	CH Total
Curso	TÉCNICO EM AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	80	-	80
		Módulo	MRIPAV	
<b>Ementa:</b>				
Relações intrapessoais, interpessoais e intergrupais; percepção das relações humanas; Motivação e Relações Humanas através da liderança; Conflitos nas relações humanas.				
<b>Competências e Habilidades</b>				
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Identificar aspectos relevantes das relações intrapessoais, interpessoais e intergrupais;</li> <li>▪ Entender o impacto da auto e heteropercepção nas relações humanas;</li> <li>▪ Conhecer os aspectos relevantes da motivação através da liderança nas relações humanas</li> <li>▪ Compreender a importância da mediação de conflitos nas relações humanas</li> </ul>				
<b>Conteúdo Programático</b>				
UNIDADE 1 – Relações Humanas  1.1 Relações Intrapessoais 1.2 Relações Interpessoais 1.3 Relações Intergrupais 1.3.1 O grupo como instrumento de mudança 1.3.2 O grupo como meta de mudança 1.3.3 O grupo como agente de mudança UNIDADE 2 – Percepção e Relações Humanas  2.1 Auto percepção e o impacto nas relações humanas  2.2 Heteropercepção e o impacto nas relações humanas  UNIDADE 3 - Motivação e Relações Humanas  3.1 Motivação através da Liderança  3.1.1 Aspectos Históricos e Conceituais Relacionados a Motivação através da Liderança		3.1.2 Características do Líder  3.1.3 Estilos de Liderança  UNIDADE 4 – Conflitos nas Relações Humanas  4.1 Aspectos Históricos e Conceituais Relacionados aos Conflitos nas Relações Humanas  4.2 A mediação de Conflitos 4.2.1 Tipos de Mediação de Conflitos 4.2.2 A escuta empática na Mediação de Conflitos  4.2.3 Negociação Interpessoal  4.2.4 Atributos do Mediador  4.2.5 Comportamentos e fatores que influenciam o mediando		
<b>Bases Tecnológicas:</b>				
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Conhecimento sobre relações interpessoais, intrapessoais e intergrupais</li> <li>▪ Noções de motivação nas relações humanas através da liderança</li> <li>▪ Conhecimentos sobre mediação de conflitos nas relações interpessoais</li> </ul>				
<b>Orientação Metodológica</b>				
Ministrar aulas e avaliar os alunos através de aulas expositivas, participativas e dialogadas sobre conceitos, exercícios e vivências, vídeos demonstrativos, dinâmicas, seminários, simulações, exposição de exemplos, buscando a aprendizagem e interação constante dos Discentes.				
<b>Bibliografia Básica</b>				
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ FIORELLI, J. O.; FIORELLI, M. R.; MALHADAS JUNIOR, M. J. O. <b>Mediação de Conflitos:</b></li> </ul>				

<p><b>teoria e prática.</b> São Paulo: Atlas, 2008</p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ MINICUCCI, A. <b>Relações humanas: psicologia das relações interpessoais.</b> 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.</li><li>▪ WEIL, P. <b>Dinâmica de Grupo e Desenvolvimento em Relações Humanas.</b> Minas Gerais: Itatiaia, 2002</li></ul>
<p><b>Bibliografia Complementar</b></p>
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ MORAES, D. L. DE; FIORELLI, J. O.; MALHADAS JUNIOR, M. J. O. <b>Psicologia na Mediação Inovando a Gestão de Conflitos Interpessoais e Organizacionais.</b> São Paulo: LTR, 2004</li></ul>



Componente curricular	POLÍTICAS PÚBLICAS SAÚDE (Semipresencial)	CH Teórica	CH Prática	CH Total
Curso	TÉCNICO EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE	80	-	80
		Módulo	MRIPAV	
<b>EMENTA</b>				
Conceituação de saúde ao longo da história. Definição de modelos de atenção à saúde. Apresentação do histórico das políticas de saúde no Brasil. Descrição da organização e funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS). Discussão a respeito da participação popular no SUS				
<b>COMPETÊNCIAS E HABILIDADES</b>				
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Conhecer as variações do conceito de saúde ao longo da história;</li> <li>▪ Definir os diferentes modelos de atenção em saúde</li> <li>▪ Conhecer o histórico das políticas de saúde no Brasil;</li> <li>▪ Descrever a organização e funcionamento do SUS;</li> <li>▪ Discutir as formas de participação popular no SUS.</li> </ul>				
<b>Conteúdo Programático</b>				
1. Conceito de saúde.		4. Organização e Funcionamento do Sistema Único de Saúde.		
2. Modelos de atenção à saúde.		5. Participação popular no SUS		
3. Histórico das políticas de saúde no Brasil				
<b>ORIENTAÇÃO METODOLÓGICA</b>				
Ministrar aulas expositivas, participativas e dialogadas sobre conceitos, exercícios e vivências, interação com profissionais da área, vídeos demonstrativos, dinâmicas, seminários, simulações, exposição de exemplos práticos e rotineiros, buscando a aprendizagem e interação constante dos Discentes. Avaliação Contínua e somativa através de provas escritas, relatórios e seminários.				
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>				
BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. <b>Coletânea de Normas para o Controle Social no Sistema Único de Saúde</b> . 3 ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2011				
BERTOLLI FILHO, C. <b>História da Saúde Pública no Brasil</b> . 5 ed. Ática: Rio de Janeiro, 2011.				
ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO. <b>Textos de apoio em políticas de saúde</b> . 2ª reimp. Rio de Janeiro, 2008				
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>				
MATTA, G. C.; PONTES, A. L. de M. (orgs). <b>Políticas de saúde: organização e operacionalização do Sistema Único de Saúde</b> . Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2007				
MOROSINI, M. V. G. C.; D'ANDREA CORBO, A. (Org.). <b>Modelos de Atenção e a Saúde da Família</b> . Rio de Janeiro: ESPJV/FIOCRUZ, v.4, 2007,				

**MÓDULO III- AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE**

Componente curricular	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	CH Teórica	CH Prática	CH Total
Curso	TÉCNICO EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE	80	-	80
		Módulo	MAVS	
<b>Ementa:</b>				
Histórico da Vigilância Sanitária. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Risco Sanitário. Legislação Sanitária. Fiscalização e Inspeção Sanitária. Certificados de Boas Práticas e Controle de Produtos em Saúde				
<b>Competências e Habilidades</b>				
Conhecer aspectos históricos da vigilância sanitária Reconhecer os aspectos relevantes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária Identificar fatores relevantes referentes a conceituação, avaliação, gerência e comunicação de risco sanitário Compreender aspectos fundamentais relacionados a Legislação Sanitária Conhecer aspectos relevantes relacionados a fiscalização e inspeção sanitária Compreender como se dá o processo de emissão de Certificado de Boas Práticas e Controle de Produtos de Saúde				
<b>Conteúdo Programático</b>				
1 – Histórico da Vigilância Sanitária; 2 – ANVISA; 2.1 Criação da ANVISA 2.2 Estrutura Organizacional da ANVISA no Brasil; 2.3 Responsabilidade por Níveis Hierárquicos; 3 – A Vigilância Sanitária no Sistema Único de Saúde (SUS); 3.1 Missão e Objetivo da VISA; 3.2 Instrumentos que a VISA utiliza para Realizar seu Papel; 3.3 Atuação da Vigilância Sanitária; 3.4 Competências da VISA; 3.5 Profissionais que Trabalham na VISA; 3.6 Formação de Profissionais da VISA;		4.1 Conceito de Risco Sanitário 4.2 Avaliação do Risco; 4.3 Gerência do Risco; 4.4 Comunicação do Risco; 5 – Noções de Legislações Sanitárias; 6 – Fiscalização/Inspeções; 6.1 Roteiros de Inspeção; 6.2 Conduta da Autoridade Sanitária; 6.3 Competência Técnica para a Fiscalização; 6.4 Infração Sanitária; 6.5 Procedimentos para Instauração de Processo Administrativo; 6.6 Medida de Interdição Cautelar; 6.7 Pena Educativa;		

3.7 Glossário da VISA; 4 – Riscos Sanitários;	6.8 Circunstâncias Atenuantes e Agravantes. 7 – Emissão de Certificado de Boas Práticas e Controle de Produtos de Saúde
<b>Bases Tecnológicas:</b>	
Princípios da Vigilância Sanitária Noções de Risco Sanitário. Noções de Legislação Sanitária. Princípios de Fiscalização e Inspeção Sanitária.	
<b>Orientação Metodológica</b>	
Ministrar aulas e avaliar os alunos através de aulas expositivas, participativas e dialogadas sobre conceitos, exercícios e vivências, vídeos demonstrativos, dinâmicas, seminários, simulações, exposição de exemplos, buscando a aprendizagem e interação constante dos Discentes.	
<b>Bibliografia Básica</b>	
ROZENFELD, S. <b>Fundamentos da Vigilância Sanitária</b> . 7ª reimpr. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2013 SOUTO, A. C. <b>Saúde e Política: a vigilância sanitária no Brasil</b> . São Paulo: SOBRAVIME, 2004	
<b>Bibliografia Complementar</b>	
COSTA, E. A. (org) <b>Vigilância Sanitária: temas para debate</b> . Salvador: EDUFBA, 2009. VIEIRA, J. L. <b>Legislação Sanitária Federal Básica</b> . São Paulo: EDIPRO, 2008 BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. <b>Vigilância em Saúde</b> . Brasília: CONASS, 2007	

Componente curricular	VIGILÂNCIA EM SAÚDE AMBIENTAL	CH Teórica	CH Prática	CH Total
Curso	TÉCNICO EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE	80	-	80
		Módulo	MAVS	
<b>Ementa:</b>				
<i>Vigilância Ambiental. Programas de Vigilância Ambiental. Vigilância e controle de vetores e reservatórios. Vigilância de contaminantes químicos ambientais. Avaliação de risco ambiental</i>				
<b>Competências e Habilidades</b>				
Identificar aspectos históricos e conceituais relacionados a vigilância ambiental Compreender os objetivos, eixos e campo de atuação da vigilância ambiental Conhecer os programas nacionais de vigilância ambiental Identificar aspectos relevantes da vigilância e controle de vetores e reservatórios Identificar aspectos relevantes da vigilância de contaminantes químicos ambientais Realizar avaliação de risco ambiental				
<b>Conteúdo Programático</b>				
1 – Vigilância Ambiental 1.1 Aspectos históricos e conceituais 1.2 Objetivos 1.3 Eixos de atuação 1.4 Campo de atuação 2 – Programas de Vigilância Ambiental 2.1 Vigigua		2.2 Vigiar 2.3 Vigisolo 3 – Vigilância e controle de vetores e reservatórios 4 – Vigilância de contaminantes químicos ambientais 5 – Avaliação de risco ambiental		
<b>Bases Tecnológicas:</b>				
Fundamentos de Vigilância Ambiental. Conhecimentos de Programas de Vigilância Ambiental. Noções de Vigilância e controle de vetores e reservatórios. Noções de Vigilância de contaminantes químicos ambientais. Princípios da Avaliação de risco ambiental				
<b>Orientação Metodológica</b>				
Ministrará aulas e avaliar os alunos através de aulas expositivas, participativas e dialogadas sobre conceitos, exercícios e vivências, vídeos demonstrativos, dinâmicas, seminários, simulações, exposição de exemplos, buscando a aprendizagem e interação constante dos Discentes.				
<b>Bibliografia Básica</b>				
ALMEIDA, J. R. de. <b>Gestão e Vigilância em Saúde Ambiental</b> . Rio de Janeiro: Thex Editora, 2009				

PAPINI, S. **Vigilância em Saúde Ambiental**. Rio de Janeiro: Atheneu, 2012

**Bibliografia Complementar**

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Vigilância em Saúde**. Brasília: CONASS, 2007



Componente curricular	VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR	CH Teórica	CH Prática	CH Total
Curso	TÉCNICO EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE	80	-	80
		Módulo	MAVS	
<b>Ementa:</b>				
Relação saúde e trabalho e saúde do trabalhador. Vigilância em saúde do trabalhador. Vigilância em saúde do trabalhador no sus				
<b>Competências e Habilidades</b>				
Identificar aspectos conceituais e históricos referentes a relação entre saúde, trabalho e saúde do trabalhador				
Compreender aspectos fundamentais da vigilância em saúde do trabalhador				
Compreender o desenvolvimento das ações de vigilância em saúde do trabalhador no SUS				
<b>Conteúdo Programático</b>				
1 – Relação Saúde e Trabalho e Saúde do Trabalhador  1.1 Aspectos Conceituais. 1.2 Aspectos Históricos 2 – Vigilância em Saúde do Trabalhador  2.1 Trajetória Internacional das Práticas de Vigilância em Saúde Pública  2.2 Trajetória Nacional das Práticas de Vigilância em Saúde Pública.  2.3A construção da Vigilância em Saúde do Trabalhador no Brasil		3 – A Vigilância em Saúde do Trabalhador no SUS  3.1Princípios de Saúde do trabalhador 3.2 Métodos de Vigilância em Saúde do trabalhador  3.2 Instrumentos e técnicas de Vigilância em Saúde do trabalhador.  3.2Desafios, alternativas e perspectivas em Vigilância em Saúde do trabalhador		
<b>Bases Tecnológicas:</b>				
Fundamentos da relação entre saúde, trabalho e saúde do trabalhador				
Fundamentos de vigilância em saúde do trabalhador				
Fundamentos das ações de vigilância em saúde do trabalhador no SUS				
<b>Orientação Metodológica</b>				
Ministrar aulas e avaliar os alunos através de aulas expositivas, participativas e dialogadas sobre conceitos, exercícios e vivências, vídeos demonstrativos, dinâmicas, seminários, simulações, exposição de exemplos, buscando a aprendizagem e interação constante dos Discentes.				
<b>Bibliografia Básica</b>				
CORREA, M. J. M.; PINHEIRO, T. M. M.; MERLO, A. R.C. <b>Vigilância em Saúde do Trabalhador no Sistema Único de Saúde: teorias e práticas</b> . Belo Horizonte: COOPMED, 2012				
GOMEZ, C.M.; MACHADO, J. M. H.; PENA, P. G. L. (org) <b>Saúde do Trabalhador na Saúde Brasileira Contemporânea</b> . Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2011				
<b>Bibliografia Complementar</b>				



BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Vigilância em Saúde**. Brasília: CONASS, 2007



Componente curricular	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	CH Teórica	CH Prática	CH Total
Curso	TÉCNICO EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE	80	-	80
		Módulo	MAVS	
<b>Ementa:</b>				
Política de saúde e vigilância epidemiológica. Epidemiologia e vigilância epidemiológica. Sistemas de vigilância epidemiológica. Sistema de informação em vigilância epidemiológica				
<b>Competências e Habilidades</b>				
Relacionar política de saúde com vigilância epidemiológica Conhecer os sistemas estaduais e municipais de vigilância epidemiológica Articular os conceitos de risco, vulnerabilidade e resiliência com ações de vigilância epidemiológica Reconhecer as formas de divulgação das informações epidemiológicas Identificar os principais sistemas de informação da vigilância epidemiológica Identificar situações de emergência e saúde pública				
<b>Conteúdo Programático</b>				
1 – Política de Saúde e Vigilância Epidemiológica 1.1 Epidemiologia e vigilância epidemiológica 1.2 O SUS e a vigilância epidemiológica 2 – Gestão e Vigilância Epidemiológica 2.1 Sistema Estadual de Vigilância Epidemiológica 2.2 Sistema Municipal de Vigilância Epidemiológica		3 – Risco, Vulnerabilidade e Resiliência na Vigilância Epidemiológica 4 Sistemas de Informação em Vigilância Epidemiológica 4.1 Divulgação das informações epidemiológicas 4.2 Principais sistemas de informação da vigilância epidemiológica Emergências e saúde pública		
<b>Bases Tecnológicas:</b>				
Fundamentos de vigilância epidemiológica. Noções de Sistemas de vigilância epidemiológica. Noções de Sistema de informação em vigilância epidemiológica				
<b>Orientação Metodológica</b>				
Ministrar aulas e avaliar os alunos através de aulas expositivas, participativas e dialogadas sobre conceitos, exercícios e vivências, vídeos demonstrativos, dinâmicas, seminários, simulações, exposição de exemplos, buscando a aprendizagem e interação constante dos Discentes.				
<b>Bibliografia Básica</b>				
BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. <b>Guia de Vigilância Epidemiológica</b> . 7ª ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2009 SILVA, A. K. <b>Manual de Vigilância Epidemiológica e Sanitária</b> . Goiânia: AB Editora, 2010				
<b>Bibliografia Complementar</b>				

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Vigilância em Saúde**. Brasília: CONASS, 2007



Componente curricular	ATENDIMENTO HUMANIZADO EM SAÚDE	CH Presencial	CH Não presencial	CH Total
Curso	TÉCNICO EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE	80	-	80
		Módulo	MAVS	
<b>Ementa:</b>				
<p>Conceitos de Humanização do profissional em Saúde. A Política de Humanização da Assistência à Saúde. Humanização na saúde e suas mudanças na gestão dos sistemas de saúde e seus serviços. Alterações do modo como usuários e trabalhadores da área da saúde interagem entre eles. A humanização na área da saúde e seus principais objetivos para fornecer um melhor atendimento dos beneficiários e melhores condições para os trabalhadores.</p>				
<b>Competências e Habilidades</b>				
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Conhecer os conceitos de Humanização</li> <li>• Desenvolver o processo de Humanização a saúde para mudanças positivas</li> <li>• Estimular novos profissionais e capacitar para melhora o sistema de saúde</li> <li>• Discutir as mudanças na gestão dos sistemas de saúde</li> <li>• Desenvolver reflexões sobre a tarefa assistencial que conduz ao campo ético</li> <li>• Promover reflexões sobre o acolhimento dos usuários</li> </ul>				
<b>Conteúdo Programático</b>				
1. Construção do conceito de humanização na vertente política 2. Humanização da atenção à saúde 3. Humanização com o foco no trabalhador da saúde 4. Cultura institucional e cenário da humanização 5. Humanização com o foco na gestão		6. Ferramentas para a humanização 7. Indicadores da PNH e construção de indicadores de processo 8. Humanização com foco na Rede SUS 9. Abordagens Comunicacionais 10. Boas práticas de humanização na área da Saúde		
<b>Bases Tecnológicas:</b>				
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Conceitos de Humanização</li> <li>▪ Cultura da humanização</li> <li>▪ Saúde Pública Humanizada</li> <li>▪ Grupos de Trabalho de humanização</li> <li>▪ Política de Humanização da Assistência à Saúde</li> </ul>				
<b>Orientação Metodológica</b>				
<p>Disciplina semipresencial com o objetivo de rever os principais assuntos do ensino fundamental e médio com carga horária de 40 horas presenciais e 40 horas de estudo dirigido através de roteiro elaborado pelo professor com orientações e instruções para o aluno. Aplicação das avaliações conforme estabelecido na Proposta Pedagógica. Aplicação de material didático.</p> <p>Ministrar aulas expositivas, participativas e dialogadas sobre conceitos, exercícios e vivências, interação com profissionais da área, vídeos demonstrativos, dinâmicas, seminários, simulações, exposição de exemplos práticos e rotineiros, buscando a aprendizagem e interação constante dos Discentes. Avaliação Contínua e somativa através de provas escritas, relatórios e seminários.</p>				
<b>Bibliografia Básica</b>				
VASCONCEIOS, C. M.; PASCHE, D. F. O <b>Sistema Único de Saúde</b> . In: CAMPOS, G. W. S. et al. (orgs.). Tratado de saúde coletiva. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. p. 531-62. MINISTÉRIO DA SAÚDE. <b>Humanizasus: Documento base para gestores e trabalhadores do SUS</b> , 4ª ed, 2008. Disponível: <a href="http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizasus_gestores_trabalhadores_sus_4ed.pdf">http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizasus_gestores_trabalhadores_sus_4ed.pdf</a> MINISTÉRIO DA SAÚDE. <b>Caderno de Textos: Cartilhas da Política Nacional de Humanização</b> , 2010. Disponível: <a href="http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizasus_gestores_trabalhadores_sus_4ed.pdf">http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizasus_gestores_trabalhadores_sus_4ed.pdf</a> MINISTÉRIO DA SAÚDE. <b>Programa de formação em saúde do trabalhador - HumanizaSUS</b> , 2011. Disponível: <a href="http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/programa_formacao_saudetrabalhador.pdf">http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/programa_formacao_saudetrabalhador.pdf</a>				
<b>Bibliografia Complementar</b>				
TEIXEIRA, R. R. <b>O acolhimento num serviço de saúde entendido como uma rede de conversações</b> . In: PINHEIRO, R.; MATTOS, R. A. (Orgs). Construção da integralidade: cotidiano, saberes e práticas em saúde. 4.ed. Rio de Janeiro: IMS-UERJ/Abrasco, 2007. p. 91-113. MINISTÉRIO DA SAÚDE. <b>Cadernos HumanizaSUS: atenção hospitalar</b> , 2011 v. 3.. Disponível em: <a href="http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_humanizasus_atencao_hospitalar.pdf">http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_humanizasus_atencao_hospitalar.pdf</a>				

## **ANEXO II – Infraestrutura**

### **Estrutura-Física**

A Faculdade de Medicina de Juazeiro de Norte – Estácio FMJ está situada em terreno próprio com cerca de 50.800 m<sup>2</sup> com um total de 6.598 m<sup>2</sup> de área construída. Esta amplitude permite à Faculdade a expansão física de suas instalações.

Com 8 blocos distribuídos pelo campus e acessíveis através de passarelas e rampa cobertas, com salas de aula, biblioteca, auditório com capacidade para 300 pessoas, sala de teletransmissão, laboratórios diversos, laboratório de habilidades, farmácia viva e biotério, as instalações físicas da Estácio FMJ atendem às normas e legislações pertinentes à sua construção e aos aspectos de dimensão, acústica, iluminação, ventilação e limpeza, com ambientes climatizados e mobiliário e equipamentos suficientes ao número de usuários. A Estácio FMJ deverá equipar o laboratório de semiologia e semiotécnica para atender as necessidades específicas das práticas da enfermagem. Toda a Faculdade é bem conservada e higienizada diariamente, antes e durante o horário de expediente de trabalho, por empresa terceirizada. A instituição possui ainda ampla área livre, que incluem campo de futebol e quadra de areia, área de circulação, bancos sob as árvores e

As salas de aula, em um total de 8 (oito) atendem ao curso presencial de medicina assim como acolhe outras atividades, como cursos de extensão, aulas de especialização, entre outros. Com uma média de 70 m<sup>2</sup>, as salas de aula comportam 60 alunos de forma confortável, com carteiras tipo escolar, e dispõem ainda de equipamentos auxiliares ao processo de ensino-aprendizagem: computador, projetor multimídia, televisor, retroprojetor, caixa de som e microfone (se necessário), além do quadro branco e pincéis. As salas comportam ainda mesa e cadeira para o docente e quadro de avisos para uso dos alunos e das disciplinas. Todas as salas possuem boa iluminação e são climatizadas, mas com a opção de abertura de janelas.

A sala dos professores foi planejada para tornar o ambiente agradável à estadia e ao mesmo tempo incentivar a discussão e produção acadêmica. Com sofás confortáveis, mesa redonda, cadeiras e computadores, a sala de professores ainda conta com quadro de avisos e revistas relacionadas à educação à disposição dos docentes. O acesso à internet é fornecido através dos computadores da sala ou pela rede wireless, comum à toda área acadêmica da Estácio FMJ.

As instalações administrativas e acadêmicas seguem o mesmo padrão, com ambientes climatizados e adequados ao trabalho. O bloco administrativo conta ainda com uma copa disponibilizada ao colaborador da Faculdade.

**Distribuição de Estrutura-Física**

<b>BLOCO A – Instalações Administrativas e Acadêmicas / Auditório</b>	<b>Metragem (m<sup>2</sup>)</b>
Recepção Geral / Lobby	91,98 m <sup>2</sup>
Auditório (300 lugares)	336,30 m <sup>2</sup>
Recepção / Diretoria	8,13 m <sup>2</sup>
Diretoria / Sala Diretor	17,15 m <sup>2</sup>
Sala de Reunião	28,20 m <sup>2</sup>
Recepção / Coordenação	9,16 m <sup>2</sup>
Coordenação / Internato	9,16 m <sup>2</sup>
CPA	9,16 m <sup>2</sup>
Coordenação do Curso	14,15 m <sup>2</sup>
Gerência Acadêmica	9,06 m <sup>2</sup>
Copa	10,10 m <sup>2</sup>
Gerência de Tecnologia de Informação – GTI	10,72 m <sup>2</sup>
Almoxarifado / Patrimônio	41,54 m <sup>2</sup>
Setor Administrativo Financeiro	29,16 m <sup>2</sup>
Setor de Compras	15,19 m <sup>2</sup>
Setor de Pessoal/RH	15,19 m <sup>2</sup>
Coordenação do EaD	11,02 m <sup>2</sup>
Sala dos Professores	15,40 m <sup>2</sup>
SGP/Atendimento	08,07 m <sup>2</sup>
Reprografia / Atendimento interno Setores Administ.	13,48 m <sup>2</sup>
Secretaria Geral de Alunos / Recepção	16,62 m <sup>2</sup>

Secretaria Geral de Alunos / Sala Secretária	16,62 m <sup>2</sup>
Sala do Núcleo de Apoio Psicopedagógico	14,48 m <sup>2</sup>
Gerência Comercial	18,05 m <sup>2</sup>
Núcleo de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão – NUPPE/NEX	15,12 m <sup>2</sup>
Área de Circulação	81,44 m <sup>2</sup>
Wc Masculino	11,27 m <sup>2</sup>
Wc Feminino	11,27 m <sup>2</sup>
Lavabo / Diretoria	2,08 m <sup>2</sup>
<b>BLOCO B – Biblioteca, EaD e Teletransmissão</b>	<b>Metragem (m<sup>2</sup>)</b>
Sala de Internet (Biblioteca)	30,15 m <sup>2</sup>
Sala de Vídeo (Biblioteca)	20,57 m <sup>2</sup>
Sala de Estudo em Grupo 1 (Biblioteca)	5,40 m <sup>2</sup>
Sala de Estudo em Grupo 2 (Biblioteca)	5,40 m <sup>2</sup>
Sala de Estudo em Grupo 3 (Biblioteca)	6,00 m <sup>2</sup>
Sala de Estudo em Grupo 4 (Biblioteca)	5,40 m <sup>2</sup>
Sala de Estudo em Grupo 5 (Biblioteca)	5,40 m <sup>2</sup>
Sala de Estudo em Grupo 6 (Biblioteca)	5,40 m <sup>2</sup>
Almoxarifado (Biblioteca)	6,00 m <sup>2</sup>
Registro/Bibliotecária (Biblioteca)	11,40 m <sup>2</sup>
Sala de Reunião (Biblioteca)	4,45 m <sup>2</sup>
Recepção (Biblioteca)	22,65 m <sup>2</sup>
Salão de Leitura/Acervo (Biblioteca)	287,90 m <sup>2</sup>

Wc Masculino	10,20 m <sup>2</sup>
Wc Feminino	11,40 m <sup>2</sup>
Wc Deficientes	3,40 m <sup>2</sup>
Hall de Acesso	17,72 m <sup>2</sup>
Circulação	61,50 m <sup>2</sup>
Sala de Teleconferência	76,82 m <sup>2</sup>
Laboratório de Informática / Medicina	33,86 m <sup>2</sup>
Laboratório de Informática / EaD	34 m <sup>2</sup>
Secretaria de EaD	14,99 m <sup>2</sup>
Empresa Junior	12,25 m <sup>2</sup>
Sala do Servidor da Unidade	25,83 m <sup>2</sup>
Centro Acadêmico / Iniciação Científica e Monitoria / Reprografia	61,81 m <sup>2</sup>
Sala de Aula VII	61,42 m <sup>2</sup>
Sala de Aula VIII	61,42 m <sup>2</sup>
Sala de Apoio/Estudo em Grupo	61,61 m <sup>2</sup>
<b>BLOCO C – 1º Pavimento: Laboratórios de Parasitologia, Microbiologia, Genética e Imunologia</b>	<b>Metragem (m<sup>2</sup>)</b>
Laboratório de Parasitologia	79,4 m <sup>2</sup>
Laboratório de Microbiologia	79,4 m <sup>2</sup>
Interlaboratório Microbiologia/Parasitologia	34,5 m <sup>2</sup>
Coordenação de Parasitologia	7,45 m <sup>2</sup>
Coordenação de Microbiologia	7,45 m <sup>2</sup>
Banco de Microorganismos	7,26 m <sup>2</sup>
Sala dos Professores I	7,26 m <sup>2</sup>



Wc Masculino	14,93 m <sup>2</sup>
Wc Feminino	14,93 m <sup>2</sup>
Wc Deficientes	3,36 m <sup>2</sup>
Laboratório de Genética	79,4 m <sup>2</sup>
Laboratório de Imunologia	79,4 m <sup>2</sup>
Interlaboratório Genética./Imunologia	34,45 m <sup>2</sup>
Coordenação de Genética	7,26 m <sup>2</sup>
Coordenação de Imunologia	7,26 m <sup>2</sup>
Sala de Imunoflorescência	7,26 m <sup>2</sup>
Sala dos Professores II	7,26 m <sup>2</sup>
Área de Circulação	103,02 m <sup>2</sup>
<b>BLOCO C – 2º Pavimento: Salas de aula</b>	<b>Metragem (m<sup>2</sup>)</b>
Sala de Aula I	70,14 m <sup>2</sup>
Sala de Aula II	70,14 m <sup>2</sup>
Sala de Aula III	69,68 m <sup>2</sup>
Sala de Aula IV	69,68 m <sup>2</sup>
Sala de Aula V	70,14 m <sup>2</sup>
Sala de Aula VI	70,14 m <sup>2</sup>
Rampa de acesso	84,52 m <sup>2</sup>
Área de Circulação	74,77 m <sup>2</sup>
<b>BLOCO D – Laboratórios de Biofisiologia e Farmacologia</b>	<b>Metragem (m<sup>2</sup>)</b>
Laboratório de Biofisiologia I	88,88 m <sup>2</sup>
Laboratório de Biofisiologia II	88,88 m <sup>2</sup>

Sala de Preparo – Lab. Biofisiologia I	59,25 m <sup>2</sup>
Sala de Preparo – Lab. Biofisiologia II	59,25 m <sup>2</sup>
Laboratório de Farmacologia I	92,85 m <sup>2</sup>
Laboratório de Farmacologia II	92,85 m <sup>2</sup>
Sala de Preparo – Lab. Farmacologia	60,90 m <sup>2</sup>
Sala dos Professores I – Farmacologia	7,00 m <sup>2</sup>
Sala dos Professores II – Farmacologia	7,00 m <sup>2</sup>
Sala dos Professores I – Biofisiologia	7,00 m <sup>2</sup>
Sala dos Professores II – Biofisiologia	7,00 m <sup>2</sup>
Sala de Coordenação / reuniões	13,48 m <sup>2</sup>
Sala de Autoclave / água destilada	7,00 m <sup>2</sup>
Sala de Demonstração	39,00 m <sup>2</sup>
Depósito	3,90 m <sup>2</sup>
Laboratório Comportamental	14,00 m <sup>2</sup>
Hall / Circulação	95,07 m <sup>2</sup>
Wc Masculino	12,70 m <sup>2</sup>
Wc Feminino	12,70 m <sup>2</sup>
Wc Deficientes	3,90 m <sup>2</sup>
<b>BLOCO E – Laboratório de Técnicas Cirúrgicas e Habilidades</b>	<b>Metragem (m<sup>2</sup>)</b>
Sala de Preparo	10,94 m <sup>2</sup>
Esterilização	7,65 m <sup>2</sup>
Sala de Autoclave	3,78 m <sup>2</sup>

Rouparia	3,75 m <sup>2</sup>
Expurgo	8,63 m <sup>2</sup>
Farmácia	11,76 m <sup>2</sup>
Guarda de Material Esterilizado	11,75 m <sup>2</sup>
Sala de Cirurgia I	30,97 m <sup>2</sup>
Sala de Cirurgia II	38,05 m <sup>2</sup>
Sala de Cirurgia III	30,97 m <sup>2</sup>
Circulação de Médicos e Enfermeiros (professores) (CME)	60,86 m <sup>2</sup>
Hall	13,29 m <sup>2</sup>
Wc Masculino	16,35 m <sup>2</sup>
Wc Feminino	16,35 m <sup>2</sup>
Sala de Estar e Repouso	16,97 m <sup>2</sup>
Sala de Recuperação I	16,34 m <sup>2</sup>
Sala de Recuperação II	16,34 m <sup>2</sup>
Sala de Revelação	6,84 m <sup>2</sup>
Sala de Raio X	22,89 m <sup>2</sup>
Sala de Gás	3,78 m <sup>2</sup>
Sala de Oxigênio	3,78 m <sup>2</sup>
Área de Circulação de Paciente	46,17 m <sup>2</sup>
Área de Para Macas	19,98 m <sup>2</sup>
Área de Circulação de Serviço (Expurgo)	38,97 m <sup>2</sup>
Área de Circulação Diversa	25,99 m <sup>2</sup>
<b>BLOCO F – Laboratórios de Anatomia e Histologia</b>	<b>Metragem (m<sup>2</sup>)</b>

Laboratório de Histologia I	116,10 m <sup>2</sup>
Laboratório de Histologia II	116,10 m <sup>2</sup>
Sala de Preparo - Histologia	69,24 m <sup>2</sup>
Sala dos Professores I - Histologia	7,88 m <sup>2</sup>
Sala dos Professores II - Histologia	7,88 m <sup>2</sup>
Laboratório de Anatomia I	118,26 m <sup>2</sup>
Laboratório de Anatomia II	118,26 m <sup>2</sup>
Sala de Preparo - Anatomia	72,02 m <sup>2</sup>
Ossário – Anatomia	15,62 m <sup>2</sup>
Recepção - Anatomia	16,25 m <sup>2</sup>
Registro – Anatomia	5,53 m <sup>2</sup>
Sala Professores I - Anatomia	6,05 m <sup>2</sup>
Sala Professores II - Anatomia	6,37 m <sup>2</sup>
Sala de Demonstração	36,00 m <sup>2</sup>
Depósito	6,06 m <sup>2</sup>
Hall / Área de Circulação	126,29 m <sup>2</sup>
Wc Masculino	14,04 m <sup>2</sup>
Wc Feminino	14,04 m <sup>2</sup>
Wc Deficientes	4,17 m <sup>2</sup>
<b>BLOCO G – Anatomia Patológica</b>	<b>Metragem (m<sup>2</sup>)</b>
Sala de Necrópsia	30,55 m <sup>2</sup>
Sala de Depósito	14,02 m <sup>2</sup>
Sala de Preparo	25,1 m <sup>2</sup>

Frigorífico	26,3 m <sup>2</sup>
Gerador	4,75 m <sup>2</sup>
Lixo Cirúrgico	4 m <sup>2</sup>
Formol	4 m <sup>2</sup>
Wc Masculino	6,16 m <sup>2</sup>
Wc Feminino	5,2 m <sup>2</sup>
Sala de Registro	6 m <sup>2</sup>
Coordenação de Patologia	12,74 m <sup>2</sup>
Área de Circulação	17,6 m <sup>2</sup>
<b>BLOCO H - Biotério</b>	<b>Metragem (m<sup>2</sup>)</b>
Matriz – Ratos	14,63 m <sup>2</sup>
Matriz – Camundongos	14,63 m <sup>2</sup>
Reprodução – Ratos	14,63 m <sup>2</sup>
Reprodução – Camundongos	14,63 m <sup>2</sup>
Manutenção – Ratos / Camundongos	14,63 m <sup>2</sup>
Estoque – Ratos / Camundongos	14,63 m <sup>2</sup>
Coelhos	46,23 m <sup>2</sup>
Cães	38,75 m <sup>2</sup>
Sala de Limpeza / Tanques	40,91 m <sup>2</sup>
Estoque / Almojarifado	20,00 m <sup>2</sup>
Expurgo	4,20 m <sup>2</sup>
Sala de Esterilizados	15,00 m <sup>2</sup>
Secretaria/Recepção	10,50 m <sup>2</sup>

Laboratório / Pesquisa	13,05 m <sup>2</sup>
Vestiário	5,25 m <sup>2</sup>
Depósito / Raspas	5,25 m <sup>2</sup>
Corredor Sujo	28,00 m <sup>2</sup>
Corredor Limpo	45,10 m <sup>2</sup>
Casa de Máquinas / Gerador	15,00 m <sup>2</sup>
Hall / Área de Circulação	17,90 m <sup>2</sup>
Wc Geral / Banho	13,87 m <sup>2</sup>
<b>ÁREAS DE CONVIVÊNCIA</b>	<b>Metragem (m<sup>2</sup>)</b>
Cantina	144 m <sup>2</sup>

O acesso à Faculdade é feito através de duas entradas, que finalizam em dois estacionamentos com capacidade para 200 carros o principal e 140 carros o estacionamento lateral.

As atividades práticas das disciplinas serão ministradas nos laboratórios do campus, na Atenção Básica do município de Juazeiro do Norte podendo estender-se a municípios vizinhos, em postos de saúde da Estratégia de Saúde da Família, na Atenção Secundária regional, em ambulatórios das especialidades médicas e serviço de emergência de adultos e crianças, e na Atenção Terciária, com aulas em hospitais de internamento de adultos com patologias clínicas e cirúrgicas, internamentos em pediatria, toco-ginecologia e UTI adulto e Neonatal.

**ANEXO III - Acervo Bibliográfico**
**TÉCNICO EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE**

<b>BIBLIOGRAFIA PARA O CURSO TÉCNICO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE</b>			
<b>DISCIPLINAS</b>	<b>AUTOR / TÍTULO</b>	<b>NÚMERO DE EXEMPLARES</b>	<b>Sugestões dos livros que temos na biblioteca</b>
<b>Módulo I</b>	<b>MÓDULO I – CONCEITOS BÁSICOS PARA A VIGILÂNCIA EM SAÚDE</b>		
	<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>		
	FRANÇA, ANA CIRISTINA LIMONGII. Comportamento organizacional: conceitos e práticas. São Paulo: Saraiva, 2006.	Não Temos	ROBBINS, Stephen P.; JUDGE, Timothy A.; SOBRAL, Filipe. <b>Comportamento Organizacional:</b> teoria e prática no contexto brasileiro. 14. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2012. 633. 14 exemplar.
	SILVA, MÁRIO GOMES DA. Informática- Terminologia Básica. São Paulo. Editora Érica, 2008.368 p.	3 exemplar	
	<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>		

	DAVIS, Harold T. Computação. São Paulo: Atual, 1995. 93 p.	Não Temos	DAVIS, Flora. <b>Comunicacao- verbal.</b> 8. ed. São Paulo: Summus, 1979. 196 p.  3 exemplar.
<b>AMBIENTE, CONDIÇÕES DE VIDA E SAÚDE</b>	<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>		
	BOFF, L. <b>Sustentabilidade: o que é: o que não é.</b> Petrópolis: Vozes, 2012.	3 exemplar	
<b>PROCESSO SAÚDE DOENÇA</b>	<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>		
	ROUQUAYROL, M. Z; ALMEIDA FILHO, N. de. <b>Epidemiologia &amp; Saúde.</b> 7. ed. Rio de Janeiro: MEDSI/Guanabara Koogan, 2013.	17 exemplar	
	<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>		
<b>EPIDEMIOLOGIA E BIOESTATÍSTICA</b>	<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>		
	ROUQUAYROL, M. Z; ALMEIDA FILHO, N. de. <b>Epidemiologia e Saúde.</b> 7. ed. Rio de Janeiro: MEDSI/Guanabara Koogan, 2013.	17 exemplar	



	VIEIRA, S. <b>Introdução à Bioestatística</b> . 4ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.	10 exemplar	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
<b>PORTUGUÊS INSTRUMENTAL</b>	PEREIRA, M. G. <b>Epidemiologia: teoria e prática</b> . 1. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.	17 exemplar	
	<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>		
	ABAURRE, Maria Luiza M.; PONTARA, Marcela. Gramática: texto: análise e construção de sentido. São Paulo: Moderna, 2013.	17 exemplar	
	ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete M. Produção de texto: interlocução e gêneros. São Paulo: Moderna, 2013.	21 exemplar	
FRANÇA, Ana Shirley. Comunicação empresarial. São Paulo: Atlas, 2014.	Não Temos	MORAES, Ana Shirley de França. <b>Comunicação empresarial: a comunicação escrita nas empresas</b> . Rio de Janeiro: LTC, 2008. 95 p. 5 exemplar.	

	MEDEIROS, João Bosco. Português instrumental: contém técnicas de elaboração de trabalho de conclusão de curso (TCC). 10. ed. São Paulo: Atlas, 2014.	5 exemplar 9 ed.	
	TOMASI, Carolina; MEDEIROS, João Bosco. Comunicação empresarial. 4. ed. Atlas, 2014.	10 exemplar 3 ed./2010	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
	ABREU, Antonio Suarez. <b>Curso de Redação</b> . 11. ed. São Paulo: Ática, 2001.	13 exemplar 12 ed. 2010	
	CAMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. <b>Estrutura da língua portuguesa</b> . 41. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.	5 exemplar 42 ed.2009	
	FIORIN, José; SAVIOLI, Platão. <b>Para entender o texto: leitura e redação</b> . 17. ed. São Paulo: Ática, 2008.	6 exemplar	
	GARCIA, Othon M. <b>Comunicação em prosa moderna</b> . 26. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009.	12 exemplar 27.ed 2010	
<b>Módulo II</b>	<b>MÓDULO II - RELACIONAMENTO, INFORMAÇÃO E POLÍTICAS APLICADOS A VIGILÂNCIA EM SAÚDE</b>		

<b>POLÍTICAS PÚBLICAS DE ATENÇÃO INTEGRAL A SAÚDE</b>	<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>		
	BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. <b>Atenção à saúde da pessoa idosa e envelhecimento</b> / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas, Área Técnica Saúde do Idoso. – Brasília, 2010.	Não Temos	BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE. <b>Envelhecimento e saúde da pessoa idosa.</b> Brasília: Ministério da Saúde, 2007. 192 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos).  5 exemplar .
<b>ADMINISTRAÇÃO EM SAÚDE</b>	<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>		
	CHIAVENATO, I. Administração: Teoria, Processos e Prática. 4ed., Sao Paulo: Makron Books, 2006.	23 exemplar	
	<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>		
	FITZSIMMONS, J. A.; FITZSIMMONS, M. J. Administração de Serviços. Porto Alegre: Bookman, 2000.	2 exemplar	FITZSIMMONS, James A.; FITZSIMMONS, Mona J. <b>Administração de serviços:</b> operações, estratégia e tecnologia da informação. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010. 583 p
	JOHNSTON, R.; CLARK, G. Administração de Operações de Serviço. São Paulo: Atlas, 2002.	2 exemplar 2010	

<b>COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO EM SAÚDE</b>	<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>		
	REDE Interagencial de Informação para a Saúde. <b>Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações.</b> 2. ed. – Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2008.	1 exemplar	
	<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>		
	Brasil. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Sistema Único de Saúde / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. – Brasília : CONASS, 2011.	8 exemplar 2007	
<b>POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE</b>	<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>		
	BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. <b>Coletânea de Normas para o Controle Social no Sistema Único de Saúde.</b> 3 ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2011.	2 exemplar 2006	
	BERTOLLI FILHO, C. <b>História da Saúde Pública no Brasil.</b> 5 ed. Ática: Rio de Janeiro, 2011.	5 exemplar 4 ed.2004	
	<b>MÓDULO III- AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE</b>		

Módulo III	<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>		
	<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>		
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. <b>Vigilância em Saúde</b> . Brasília: CONASS, 2007	8 exemplar	
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>		
	BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. <b>Guia de Vigilância Epidemiológica</b> . 7ª ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.	2 exemplar  6 ed.2007	
ATENDIMENTO HUMANIZADO EM SAÚDE	<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>		
	MINISTÉRIO DA SAÚDE. <b>Humanizadasus: Documento base para gestores e trabalhadores do SUS</b> , 4ª ed,2008.Disponível:http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizadasus_gestores_trabalhadores_sus_4ed.pdf		Disponível em site  <a href="http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizadasus_gestores_trabalhadores_sus_4ed.pdf">http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizadasus_gestores_trabalhadores_sus_4ed.pdf</a>
	MINISTÉRIO DA SAÚDE. <b>Caderno de Textos: Cartilhas da Política Nacional de Humanização</b> , 2010.Disponível:http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizadasus_gestores_trabalhadores_sus_4ed.pdf		Disponível em site  <a href="http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizadasus_gestores_trabalhadores_sus_4ed.pdf">http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizadasus_gestores_trabalhadores_sus_4ed.pdf</a>

	MINISTÉRIO DA SAÚDE. <b>Programa de formação em saúde do trabalhador</b> - HumanizaSUS, 2011. Disponível: <a href="http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/programa_formacao_saudetrabalhador.pdf">http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/programa_formacao_saudetrabalhador.pdf</a>		Disponível em site  <a href="http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/programa_formacao_saudetrabalhador.pdf">http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/programa_formacao_saudetrabalhador.pdf</a>
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
	MINISTÉRIO DA SAÚDE. <b>Cadernos HumanizaSUS: atenção hospitalar</b> , 2011 v. 3.. Disponível em: <a href="http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_humanizasis_atencao_hospitalar.pdf">http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_humanizasis_atencao_hospitalar.pdf</a>		Disponível em site  <a href="http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_humanizasis_atencao_hospitalar.pdf">http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_humanizasis_atencao_hospitalar.pdf</a>

**ANEXO IV – Corpo Docente**

<b>MODULO I</b>			
<b>DISCIPLINA</b>	<b>NOME</b>	<b>FORMAÇÃO</b>	<b>TITULAÇÃO</b>
PORTUGUES INSTRUMENTAL/ AMBIENTE, CONDIÇÕES DE VIDA E SAÚDE	Djailson Ricardo Malheiro	Geólogo	Mestre
PROCESSO SAUDE DOENÇA	Janaina Farias Rebouças	Enfermeira	Especialista
EPIDEMIOLOGIA E BIOESTATÍSTICA	Cícera Janielly de Matos Cassiano	Enfermeira	Especialista
EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO/ PROCESSO SAÚDE DOENÇA	Antonia Ana Paula dos Santos Ferreira Rodrigues	Enfermeira	Graduada

<b>MODULO II</b>			
<b>DISCIPLINA</b>	<b>NOME</b>	<b>FORMAÇÃO</b>	<b>TITULAÇÃO</b>
ADMINISTRAÇÃO EM SAUDE	Josefa Evannayr Sales Reis Dias	Fisioterapeuta	Especialista
POLITICAS PUBLICAS DE ATENÇÃO INTEGRAL A SAUDE	Antonia Ana Paula dos Santos Ferreira Rodrigues	Enfermeira	Graduada
COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO DE SAUDE	Josefa Evannayr Sales Reis Dias	Fisioterapeuta	Especialista
PSICOLOGIA E RELAÇÕES HUMANAS	José Geraldo de A. Santos Junior	Biomédico	Especialista

<b>MODULO III</b>			
<b>DISCIPLINA</b>	<b>NOME</b>	<b>FORMAÇÃO</b>	<b>TITULAÇÃO</b>
ATENDIMENTO HUMANIZADO EM SAUDE	Josefa Evannayr Sales Reis Dias	Fisioterapeuta	Especialista
POLITICAS PUBLICAS DE SAUDE	Antonia Ana Paula dos Santos Ferreira Rodrigues	Enfermeira	Graduada
VIGILANCIA AMBIENTAL	José Geraldo de A. Santos Junior	Biomédico	Especialista
VIGILANCIA SANITARIA	José Geraldo de A. Santos Junior	Biomédico	Especialista
VIGILANCIA EM SAUDE DO TRABALHADOR	Antonia Ana Paula dos Santos Ferreira Rodrigues	Enfermeira	Graduada
VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	Josefa Evannayr Sales Reis Dias	Fisioterapeuta	Especialista